PORTFÓLIO

EJE/TSE

EJE
Escola Judiciária Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral

Tribunal
Superior
Eleitoral

Apresentação

A Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE) é uma unidade administrativa do TSE, vinculada à Presidência, cuja regência ocorre atualmente por meio da Resolução-TSE n.º 23.620, de 10 de junho de 2020. Forma, junto às EJEs dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), o Sistema EJE, que realiza atividades de pesquisa, formação profissional, publicação e divulgação de trabalhos relacionados ao Direito Eleitoral, com vistas ao fortalecimento da democracia representativa e da educação para a cidadania.

A Escola atua com base em três eixos temáticos: capacitação, que compreende a atualização e o aperfeiçoamento de magistrados, membros do Ministério Público Eleitoral, advogados e servidores da Justiça Eleitoral em Direito Eleitoral; cidadania, que consiste no desenvolvimento de projetos e ações com vistas à promoção da educação para a cidadania política; e aprimoramento das práticas eleitorais (pesquisa), que abarca o estímulo ao estudo, à discussão, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral.

As ações desenvolvidas pela EJE/TSE estão relacionadas aos Objetivos Estratégicos OE 2 – promover o maior engajamento da sociedade no processo eleitoral e a participação dos diversos grupos minorizados na política –, na perspectiva da sociedade; e OE 14 – promover o trabalho interativo e colaborativo no TSE e na justiça eleitoral –, na perspectiva do aprendizado e do crescimento.

Neste documento estão elencados os dados gerais e as principais informações sobre os projetos e programas desenvolvidos pela EJE/TSE, nos mais diversos formatos, desde cursos e seminários até concursos e publicações. É importante ressaltar que os projetos não são estanques, havendo a ocorrência de mais de um projeto, programa ou ação sendo realizados ao mesmo tempo.

Composição

Diretor
Ministro Cristiano Zanin Martins

Vice-diretora
Ministra Vera Lúcia Santana Araújo

Assessora-Chefe
Polianna Pereira dos Santos

Assessoria técnica
Caroline Sant' Ana Delfino
Pedro Oliveira Mascarenhas

Eixo Capacitação
Adilson Cunha Silva
Soraya Cáritas Brasil Correia Berquó

Eixo Cidadania
Letícia Passos Priante

Eixo Pesquisa
Sabrina de Paula Braga

Núcleo Comunicação
Juliana Zumagline de Oliveira
Maria Eduarda Ramos de Almeida
Sarah Fernandes Navega de Aguiar

Núcleo EADEJE
Cristianne Sampaio de Oliveira
Erick Luiz Souza Silva
Romulo Ribeiro Valadares

Secretaria
Ana Clara Pereira da Conceição
Keylla Cristina de Oliveira Ferreira

Estagiário
João Paulo Rodrigues Freire

Contatos

Ramal: (61) 3030-7474

E-mail: eje.tse@tse.jus.br

Portal EADEJE: https://eadeje.tse.jus.br/

Página da EJE no Portal TSE:
https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral

Instagram: @eje.tse

LinkedIn: https://br.linkedin.com/company/ejetse

Sumário

Eixo Capacitação 04

Eixo Pesquisa 17

Eixo Cidadania 28

Núcleo Comunicação e Arte (ComArte) 41

Núcleo Educação a Distância (EADEJE) 45

EIXO

CAPACITAÇÃO

FORMAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS NA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL

Visa a formação, o aperfeiçoamento, a atualização e a especialização teórica e prática em Direito Eleitoral e outros campos do Direito, bem como das Ciências Sociais e da Ciência Política, necessários ao aprimoramento dos serviços de natureza administrativa e judicial prestados pela Justiça Eleitoral, em especial, à prestação jurisdicional eleitoral. As ações desenvolvidas nesse eixo acontecem por meio de cursos presenciais e à distância, palestras, congressos, seminários, concursos, oficinas, pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), workshops, debates e publicações técnicas e científicas.

Capacitação Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais – CNEJEs

Síntese
Programa de capacitação nacional composto de diretrizes pedagógicas e metodológicas apresentadas em itinerário formativo. Trata-se de cursos e oficinas, nos quais estão contidas as competências mínimas necessárias às atividades a serem desenvolvidas pelas magistradas e magistrados, servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores que atuam no processo eleitoral e no exercício da prestação da jurisdição eleitoral.

Objetivo
Promover o alinhamento das ações de capacitação realizadas nos diversos Tribunais Regionais Eleitorais pelas Escolas Judiciárias Eleitorais, mediante compartilhamento de pressupostos institucionais e metodológicos desenvolvidos por meio de um processo dialogal e interdisciplinar, estabelecido a partir do itinerário formativo e dos cursos desenvolvidos pela EJE/TSE, elaborados com base nas matrizes definidas previamente, unindo teoria e prática, de pessoas da Comunidade da Justiça Eleitoral para pessoas da Comunidade da Justiça Eleitoral.

Contextualização
A Capacitação Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais – CNEJEs se constitui como um programa da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE), de natureza complexa e contínua, que envolve diversas ações, que se integram para oferecer às pessoas da Comunidade da Justiça Eleitoral a formação, o aperfeiçoamento e a atualização necessárias ao desenvolvimento do processo eleitoral e da prestação da jurisdição eleitoral com eficiência, eficácia e qualidade, proporcionando o efetivo acesso à justiça e o fortalecimento da democracia.

As edições de 2022 e 2023 da CNEJEs se basearam na primeira versão do itinerário formativo, que, de modo experimental, fixou as bases do que viria a ser o itinerário formativo desenvolvido em 2023 e 2024.

Itinerários formativos são soluções educacionais que integram a definição do perfil de formação a ser atingido, as competências que definem esse perfil e os módulos de formação que se articulam a partir de uma base comum a ser complementada por itinerários específicos demandados por necessidades individuais e de equipe nas diferentes áreas de atuação e pelo nível de avanço a ser atingido com a formação. Eles foram desenvolvidos considerando as especificidades do calendário eleitoral, de forma que a previsão de cursos e oficinas a serem realizados em anos com ou sem eleições irá variar conforme a lógica do processo de trabalho a fim de atender às necessidades da prática jurisdicional.

A primeira versão do itinerário formativo se estruturou em cinco eixos temáticos: “Direito digital, mídias sociais, desinformação e segurança da urna”; “Elegibilidade, Registro de Candidatura e Ações Eleitorais”; “Financiamento e Prestação de Contas”; “Participação dos Grupos Minorizados”; e “Propaganda Eleitoral”. As duas primeiras edições desenvolveram 19 cursos em 2022 e 10 cursos em 2023, a partir dos cinco eixos temáticos mencionados.

As experiências extraídas das edições de 2022 e 2023, conjuntamente com a avaliação da Comunidade Pedagógica, possibilitaram a ampliação do programa para atender demandas internas e externas à Justiça Eleitoral, tais como as disciplinadas nas Resoluções CNJ n.º 351/2022 e n.º 518/2023 (institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação), e o aprofundamento de estudos relacionados ao Direito Penal Eleitoral.

Contextualização

No contexto da realização da CNEJEs 2023, o projeto de elaboração e ampliação do itinerário formativo foi executado sob a coordenação pedagógica geral da Professora Doutora em Educação, Acacia Zeneida Kuenzer, e de sete coordenações temáticas desenvolvidas por pessoas docentes da Comunidade da Justiça Eleitoral:

Itinerário Formativo – 2023/2024

7 Eixos Temáticos | 34 Cursos – CNEJEs 2024

Coordenação Pedagógica: Professora Doutora Acacia Zeneida Kuenzer

Coordenações por Eixo Temático

EIXO 1

Desinformação, resistência democrática e defesa reputacional da Justiça Eleitoral

Professor Doutor Frederico Franco Alvim

Cursos Programados

1. O combate à desinformação na rotina cartorária;
2. Alfabetização midiática e informacional para o fortalecimento da democracia;
3. O controle da desinformação político-partidária em representações e ações para o exercício do direito de resposta;
4. Poder de polícia e desinformação: anatomia da Res.-TSE n.º 23.714/2022 e sua aplicação nas eleições municipais;
5. Abuso de poder digital e cassação de mandatos pela prática de desinformação
6. Defesa reputacional da Justiça Eleitoral.

EIXO 2

Elegibilidade, registro de candidatura e ações eleitorais

Professora Doutora Roberta Maia Gresta

Cursos Programados

7. Restrições à elegibilidade no plano infraconstitucional;
8. Registro de Candidatura I;
9. Registro de Candidatura II;
10. Ilícitos Eleitorais;
11. Atos de Secretaria e dos Cartórios em ações eleitorais.

EIXO 3

Financiamento e Prestação de Contas

Professora Doutora Denise Goulart Schlickmann

Cursos Programados

12. Normas aplicáveis, pré-requisitos de campanha e questões preliminares;
13. Financiamento de campanha eleitoral;
14. Gastos eleitorais;
15. Prestação de contas;
16. Financiamento de grupos minorizados;
17. Aspectos processuais das contas eleitorais;
18. Contas partidárias de exercício financeiro – aspectos introdutórios;
19. Aspectos processuais das contas partidárias de exercício financeiro;
20. Cumprimento de sentença e execução em prestação de contas.

Coordenações por Eixo Temático

EIXO 4

Propaganda Eleitoral
Professora Mestra Anna Paula Oliveira Mendes

Cursos Programados
21. Propaganda Eleitoral em geral e propaganda antecipada;
22. Representação e Direito de Resposta;
23. Poder de polícia na propaganda eleitoral (Módulo geral);
24. Aplicação da LGPD na propaganda eleitoral (Módulo geral).

EIXO 5

Participação dos Grupos Minorizados
Professora Mestra Sabrina de Paula Braga

Cursos Programados
25. Acessibilidade no processo eleitoral: do cadastro ao voto;
26. Violência Política de Gênero;
27 Comunicação Institucional Inclusiva e atendimento público de pessoas de grupos minorizados;
28. Julgamento com perspectiva de gênero.

EIXO 6

Direito Penal Eleitoral
Professor Mestre Volgane Oliveira Carvalho

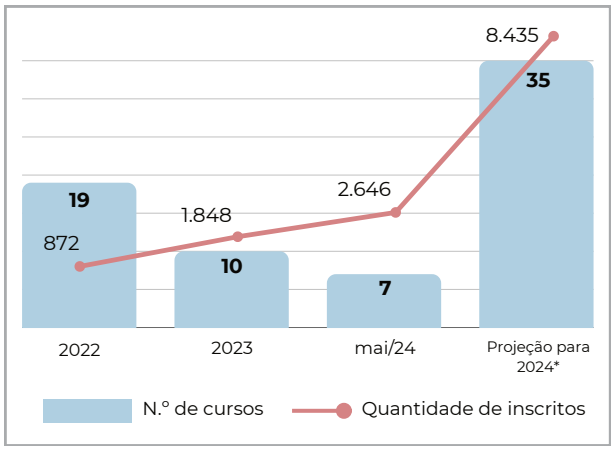
Cursos Programados
29. Persecução Penal Eleitoral: fase extrajudicial;
30. Competência penal da Justiça Eleitoral;
31. Medidas Consensuais despenalizadoras no Processo Penal Eleitoral;
32. Crimes eleitorais à luz da Constituição de 1988.

EIXO 7

Conselho Nacional de Justiça – CNJ: capacitações relacionadas ao exercício da jurisdição eleitoral
Professora Mestra Lara Marina Ferreira

Curso Programado
33. Resolução CNJ n.º 492/2023 – Estabelece, para adoção de Perspectiva de Gênero nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, as diretrizes do protocolo aprovado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria CNJ n.º 27/2021, institui obrigatoriedade de capacitação de magistrados e magistradas, relacionada a direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional, e cria o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário

Contextualização
A evolução da CNEJEs e a ampliação dos eixos temáticos, antes estruturados em cinco eixos e ampliado agora para sete, demonstram a sua consolidação na CNEJEs 2024, com um aumento exponencial na procura das servidoras e servidores pelos cursos desenvolvidos nesse programa.



Conjuntamente com a elevação do número de inscritos, outro indicador que demonstra o sucesso do programa da CNEJEs é a certificação dos cursistas. Na sua fase inicial, com os cursos de abril e maio de 2024, os 7 (sete) primeiros cursos realizados já superou a certificação da edição de 2022, que teve 19 cursos executados, e se aproxima do número de certificação da edição de 2023, na qual foram realizados 10 cursos. Diante da programação de 34 cursos, a projeção é de gerar aproximadamente cinco vezes o número de certificações da edição de 2023.

Como visto, a Capacitação Nacional das Escolas Judiciárias – CNEJEs se firmou como programa da EJE/TSE e se tornou fundamental para a Comunidade da Justiça Eleitoral, especialmente para as EJEs como modelo fundante didático-pedagógico e metodológico para o desenvolvimento das suas ações de capacitação, proporcionando, também, o diálogo e a interação teórica, prática e social das pessoas que fazem parte da Comunidade da Justiça Eleitoral.

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI)
O alinhamento da CNEJEs e das diversas ações que a compõem aos Objetivos Estratégicos OE1 – Fortalecer a imagem da justiça eleitoral perante a sociedade –, OE2 – Promover maior engajamento da sociedade no processo eleitoral e a participação dos diversos grupos minorizados – e OE14 – Promover o trabalho interativo e colaborativo no TSE e na Justiça Eleitoral –, se visibiliza em toda sua modelagem e forma de aplicação, pois, de maneira concreta, promove o trabalho interativo e colaborativo no TSE e na Justiça Eleitoral, possibilitando a ampliação de tratamento de novas situações para a aplicação do posicionamento institucional, especialmente em relação ao combate à desinformação, à participação de grupos minorizados no processo eleitoral, ao aprofundamento e aperfeiçoamento do tratamento das questões que envolvem o Direito Penal Eleitoral, ao diálogo e à troca de experiência entre pessoas servidoras dos TREs e do TSE.

Formalização
Sei n.º 2023.00.000008580-5 (Itinerário Formativo);
Sei n.º 2024.00.000001890-9 (CNEJEs 2024).

Período de execução
Ano eleitoral:
- Primeiro semestre (4 meses – abril a julho).

Ano não eleitoral:
- Primeiro semestre (3 meses – abril a junho);
- Segundo semestre (3 meses – setembro a novembro).

Produtos

2022
- Projeto da CNEJEs – Itinerário Formativo: 5 Matrizes dos Eixos Temáticos;
- 19 cursos distribuídos nos 5 Eixos Temáticos;
- 872 pessoas inscritas;
- 66 horas-aula realizadas;
- 257 certificações geradas.

2023
- Comunidade Pedagógica 2023
- 10 cursos distribuídos nos 5 Eixos Temáticos;
- 1.848 pessoas inscritas;
- 65 horas-aulas realizadas;
- 594 certificações geradas.

Confira a página da Comunidade Pedagógica 2023

2024
- Projeto da CNEJEs – Itinerário Formativo – 7 Matrizes dos Eixos Temáticos;
- Comunidade Pedagógica 2024
- 15 cursos realizados (mais 19 cursos previstos) – distribuídos nos 7 Eixos Temáticos;
- 6.352 pessoas inscritas;
- 99 horas-aula realizadas (mais 120 horas-aula previstas);
- 1.793 certificações geradas.

Confira a página da Comunidade Pedagógica 2024

Inovação
A modelagem e a execução do programa de Capacitação das Escolas Judiciárias Eleitorais – CNEJEs se constituem como uma inovação no processo de capacitação institucional ao trazer processos contínuos dialogais e interdisciplinares para a formação das suas matrizes, desenvolvidos por meio de metodologias de aprendizagem ativas, realizados entre pessoas docentes que fazem parte da Comunidade da Justiça Eleitoral com as pessoas discentes da mesma Comunidade, proporcionando, além da troca de experiência, a construção de um conhecimento profundo e diverso do mosaico que compõe a realidade existente nos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral.

A CNEJEs também inova ao proporcionar matrizes fundantes de alinhamento para as capacitações dos Tribunais Regionais Eleitorais, possibilitando, a partir de um lugar-comum, no qual as competências mínimas são oferecidas, por meio de cursos desenvolvidos em 7 Eixos Temáticos, às pessoas da Comunidade da Justiça Eleitoral, constituindo-se, assim, como ponto de partida para o desenvolvimento de cursos que se atenham às peculiaridades regionais e locais, específicas de cada um dos Tribunais Regionais Eleitorais e respectivas Zonas Eleitorais, por intermédio das EJEs dos Regionais que, mediante Comunidade Pedagógica, circularizam e densificam o conhecimento teórico e prático voltados ao aperfeiçoamento das ações necessárias ao desenvolvimento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional eleitoral na realidade plural do nosso país.

Registros

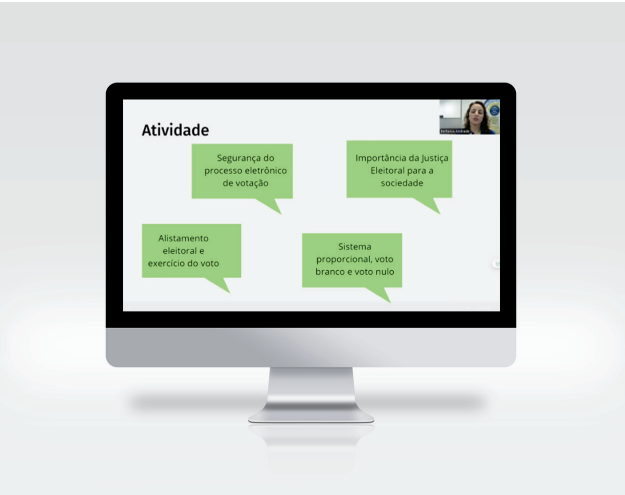
O combate à desinformação na rotina cartorária

Alfabetização midiática e informacional para o fortalecimento da democracia

Acessibilidade no processo eleitoral: do cadastro ao voto

Financiamento de campanha eleitoral

Abuso de poder digital e cassação de mandatos pela prática de desinformação



Defesa reputacional da Justiça Eleitoral

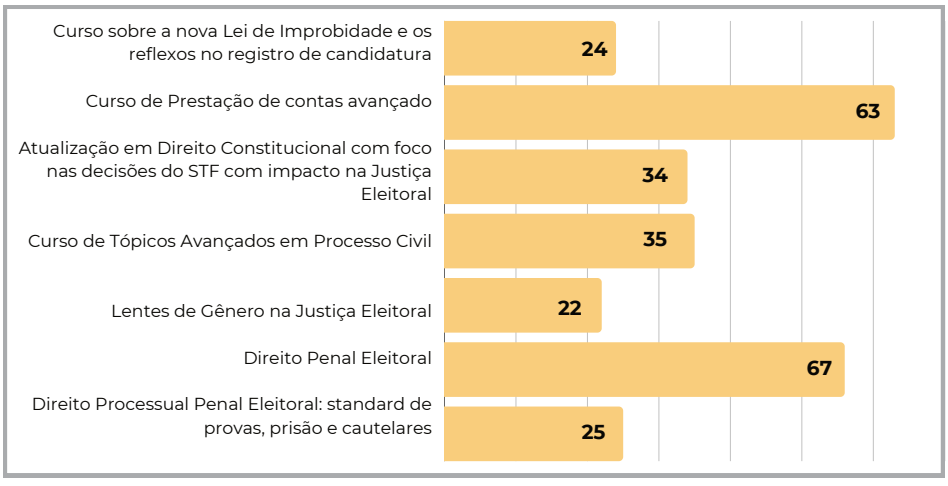
Trilha de Capacitação Gabinetes TSE

Síntese
O projeto Trilha de Capacitação Gabinetes TSE consiste em uma série de ações de capacitação de curta duração que objetiva a formação, em tópicos avançados, de assessoras e de assessores que atuam na jurisdição eleitoral, levando em consideração o altíssimo grau de especialização deste público-alvo e as especificidades do processo de trabalho dos gabinetes.

Objetivo
Atualização e qualificação dos integrantes da Justiça Eleitoral que assessoram Membros dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral e atuam na análise de recursos eleitorais e na competência originária dos TREs e do TSE.

Contextualização
A Trilha de Capacitação surgiu para atender as demandas dos servidores lotados em gabinetes dos Tribunais Regionais e do Tribunal Superior Eleitoral. O acompanhamento e discussão das constantes mudanças na legislação e jurisprudência eleitorais garantem que o juiz e sua equipe possam aplicar as informações adquiridas, melhorando sua produtividade.
Sua primeira edição, em 2023, contou com 8 (oito) cursos presenciais, em datas distintas, e um total de 326 (trezentas e vinte e seis) pessoas, oriundas de 21 (vinte um) Tribunais Regionais e do TSE, com os seguintes números de participantes por curso:

Trilha de Capacitação Gabinetes TSE 2023



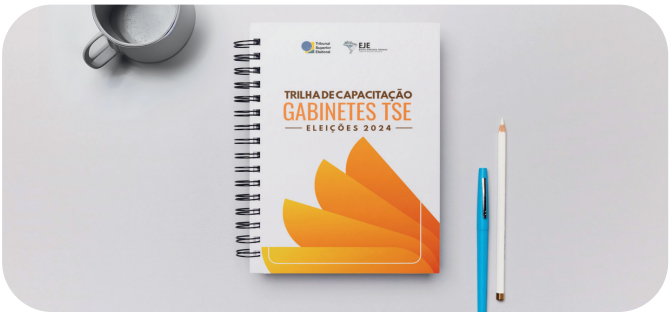
Já a versão executada em 2024, com foco nas Eleições Municipais do ano em curso, concentrou os cursos em apenas um evento, realizado durante uma semana, permitindo a um número proporcionalmente maior de participantes/cursistas o acesso a todos os cursos, situação que possibilitou a participação de um número maior de Tribunais Regionais, especificamente de 26 Regionais, e de servidores do TSE.

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI)
O projeto "Trilha de Capacitação Gabinetes TSE", se alinha ao Objetivo Estratégico 14, do Plano Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral para o período 2021-2026, instituído pela Portaria TSE n.º 497, de 2 de agosto de 2021, uma vez que, ao criar um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades, compartilhamento de informações e troca de experiências entre os magistrados, servidores e demais profissionais da Justiça Eleitoral, promove o trabalho interativo e colaborativo na Justiça Eleitoral. Essa interação e colaboração contribuem para a eficiência operacional e a disseminação de boas práticas em questões eleitorais.

Formalização
SEI n.º 2024.00.000002154-3.

Periodicidade
O programa tem previsão de ocorrer anualmente. Devido ao sucesso do modelo implementado no ano de 2024, as próximas edições devem ser realizadas no formato "intensivo", com atividades presenciais que tenham duração de uma semana útil.

Produtos
Os produtos dessa ação são os cursos e palestras com conteúdo de alta qualidade, executados por profissionais atuantes e especializados. Além disso, em ambas as edições, foram distribuídos aos cursistas materiais consolidados pela EJE para suporte didático e acompanhamento dos cursos.



O material da edição de 2024 – uma apostila com a apresentação do programa e o texto das Resoluções do TSE abordadas nos eventos realizados – contava com espaço para anotações e foi bem recebido e difundido, de modo que foram necessárias reimpressões para atender as demandas de Gabinetes deste Tribunal e de Regionais.

Inovação
Na edição 2024 da "Trilha de Capacitação Gabinetes TSE", algumas inovações foram implementadas para aprimorar a experiência dos cursistas. A compactação dos cursos para uma semana possibilitou uma profunda imersão nos temas abordados, otimizando o tempo dos assessores participantes. A programação se adequou aos temas sugeridos por assessores, juízes e ministros, garantindo melhor alinhamento com as necessidades específicas de cada gabinete.

Trilha de Capacitação EJEs

Síntese
Programa que conta com o oferecimento de cursos e oficinas sobre temas de interesse do Sistema EJE, tais como formação e aperfeiçoamento de pressupostos pedagógicos, operação em sistemas e na plataforma *Moodle*, etc.

Objetivo
A Trilha de Capacitação EJEs visa a qualificação técnica das equipes das Escolas Judiciárias Eleitorais vinculadas aos Tribunais Regionais em temas pedagógicos, institucionais e tecnológicos, contribuindo para o fortalecimento do sistema EJE e para a coordenação de ações.

Contextualização
Por meio dos Grupos de Trabalho instituídos pela Portaria TSE n.º 535/2022, foram sistematizadas as demandas históricas das EJEs em planos de ação que passaram a compor o Plano Anual de Trabalho da EJE/TSE (SEI n.º 2022.00.000013549-1). A partir desse diagnóstico, foi elaborada a Trilha de Capacitação das EJEs, que prevê o oferecimento do curso Formação de Formadores (FOFO) e do curso sobre o *Moodle* (ambiente virtual utilizado pela EJE).

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI)
A ação encontra-se alinhada ao Objetivo Estratégico 14, que se refere à promoção do trabalho interativo e colaborativo no TSE e na Justiça Eleitoral. Destaca-se que os cursos de formação de formadores oportunizam um aprendizado multidisciplinar, com diversos módulos conduzidos por especialistas em educação. Além disso, as atividades têm viabilizado a implementação do termo de cooperação firmado com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), beneficiando tanto servidores e magistrados da Justiça Eleitoral quanto de outros ramos do Poder Judiciário, gerando economia de recursos (o custeio das ações de capacitação tem sido alternado entre a EJE/TSE e a Enfam) e possibilitando a interação de pessoas que atuam com matérias jurídicas. Isso ilustra a abrangência das ações e a realização do Objetivo Estratégico 14.

Formalização
SEI n.º 2023.00.000008718-2.

Período de execução
Ciclos anuais desde 2023.

Produtos
Em 2023, foram oferecidos cinco cursos presenciais:

1. FOFO Nível 2 em Belo Horizonte – 5 e 6 de junho;
2. FOFO Nível 2 em Porto Velho – 19 e 20 de junho;
3. FOFO Nível 1, Módulo 1 em Porto Velho – 19 a 21 de junho;
4. FOFO Nível 2 em João Pessoa – 31 de julho e 1º de agosto; e
5. FOFO Nível 1, Módulo 1 em João Pessoa – 2 a 6 de agosto).

E quatro cursos na modalidade virtual:

- Curso Gestão do Moodle no Contexto das EJEs;
- FOFO Nível 1, Módulo 2 – 28 de setembro a 31 de outubro;
- FOFO Nível 2 – 21 a 25 de outubro; e
- FOFO Nível 2 – 26 de outubro a 27 de novembro.

Produtos

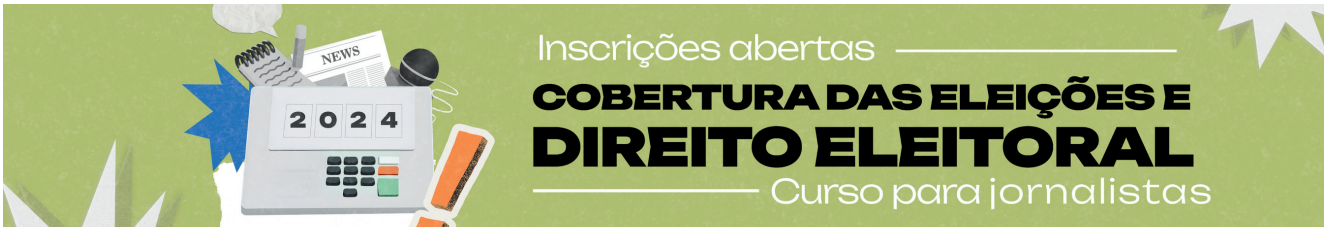
Em 2024, em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), a EJE realizou o curso Formação de Formadores, Nível 1, Módulo 1 (presencialmente, em Brasília, de 20 a 22 de março) e está realizando o FOFO Nível 1, Módulo 2 (à distância, de 23 de maio a 28 de junho).

Registros

Formação de Formadores: FOFO – Nível 2 em Belo Horizonte (junho de 2023)

Formação de Formadores: FOFO – Nível 1 (Módulo 1) em Brasília (março de 2024)

Cobertura das Eleições 2024 e Direito Eleitoral – Curso para jornalistas



Síntese
Curso de capacitação para jornalistas visando o acompanhamento e cobertura do processo eleitoral.

Objetivo
Capacitar jornalistas e profissionais de imprensa para que compreendam o processo eleitoral, tendo em vista a cobertura das Eleições.

Contextualização
O curso foi realizado em 2020 e 2022, contando com excelente avaliação por parte dos participantes, e foi essencial para o aprimoramento do público-alvo em suas práticas profissionais na divulgação de notícias e na informação sobre o processo eleitoral. A terceira edição, "Cobertura das Eleições 2024 e Direito Eleitoral – Curso para jornalistas", tem previsão para ocorrer em 2024.

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI)
Esta ação de capacitação se encontra alinhada ao Objetivo Estratégico 1, uma vez que o esforço responsável e qualificado voltado à cobertura das Eleições e à corroboração da publicidade institucional resulta diretamente no fortalecimento da imagem da Justiça Eleitoral perante a sociedade, público-alvo e maior interessado nesse trabalho. O Objetivo Estratégico 2 também se relaciona diretamente com esse curso, pois a capacitação de jornalistas e profissionais da imprensa culmina na democratização das informações sobre o processo eleitoral, o que resulta em maior engajamento da sociedade no processo eleitoral e na participação dos diversos grupos minorizados na política.

Formalização
SEI n.º 2023.00.000007312-2.

Período de execução
O curso teve edições nos anos de 2020 e 2022, e tem previsão de ocorrer em 2024.

Produtos
As aulas do curso "Cobertura das eleições 2022 e Direito Eleitoral: curso para jornalistas" estão disponíveis no canal da Justiça Eleitoral no YouTube:

- 1º dia: Por dentro da Justiça Eleitoral; Papel do TSE na organização das eleições; e Participação de grupos minorizados na política.
- 2º dia: Resoluções Eleições 2022 – Novidades da Legislação Eleitoral e tramitação de processos no TSE.
- 3º dia: Arrecadação, gastos de campanha e prestação de contas e Segurança do Sistema Eletrônico de Votação.
- 4º dia: Desinformação no Processo Eleitoral e Ações Judiciais Eleitorais e procedimento.
- 5º dia: Transparência e Estatísticas do TSE: Site de Estatística do TSE e DivulgaCand e Transparência e Estatística do TSE: Portal de Dados Abertos TSE.

Acesse as aulas do curso:

1º dia

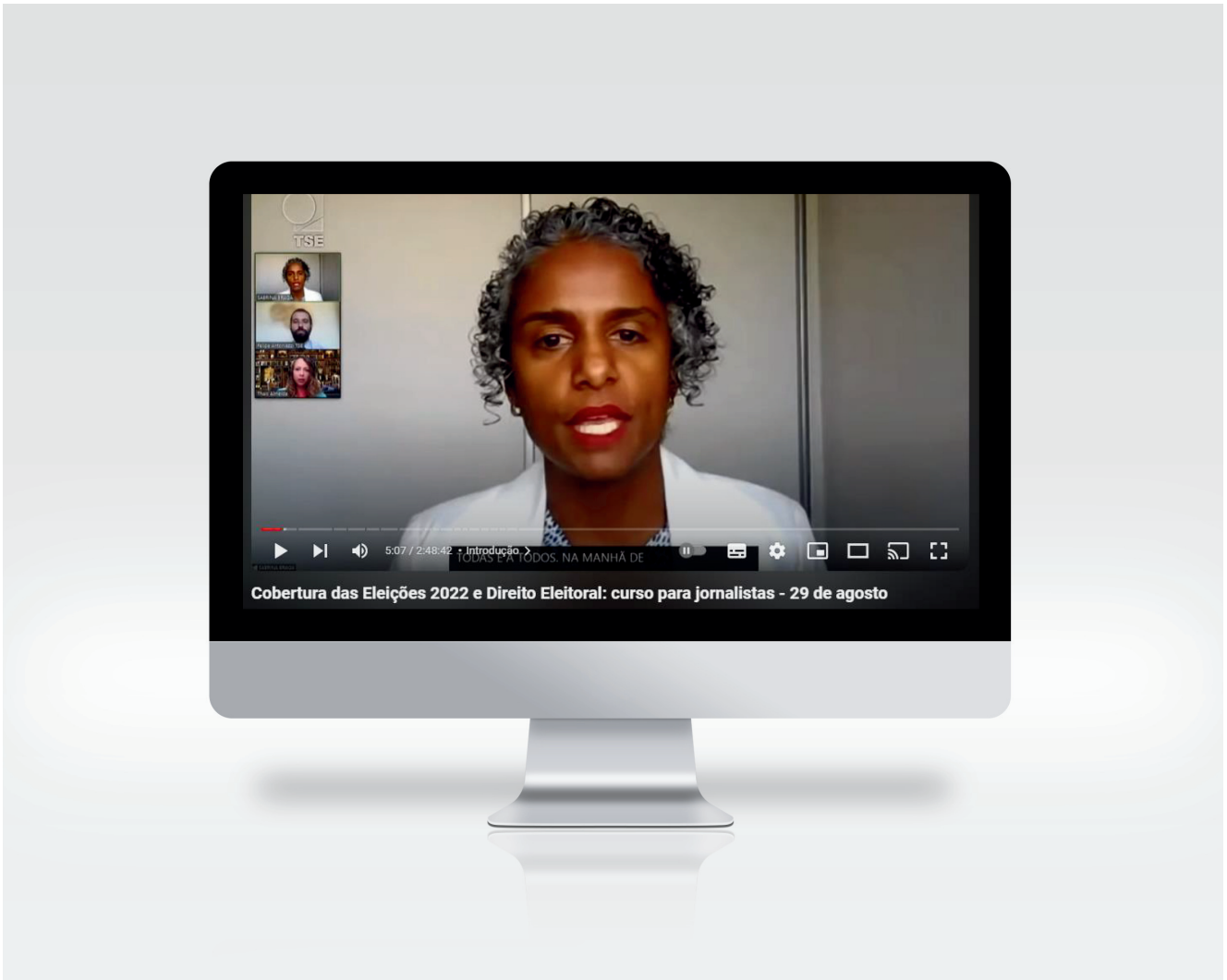
2º dia

3º dia

4º dia

5º dia

Registros



EIXO

PESQUISA

ESTUDO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM MATÉRIA ELEITORAL

Visa o desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à discussão, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral. As estratégias de atuação do eixo ocorrem por meio de cursos, congressos, seminários, palestras, debates, concursos e publicações científicas.

Grupos de Pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral

Síntese
Formação de grupos com temática pré-definida para o desenvolvimento, sob orientação, de pesquisa e produção científica no âmbito da Justiça Eleitoral.

Objetivo
Aprimorar a governança institucional, a gestão do processo eleitoral, promover a integração do Tribunal com a sociedade e com a comunidade acadêmica, estimular servidoras, servidores, magistradas e magistrados ao estudo, discussão e pesquisa em Direito Eleitoral, apresentando ao final, como resultado, relatório sobre temas relevantes para a Justiça Eleitoral e o aprimoramento de suas atividades.

Contextualização
A Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE), regida pela Resolução TSE n.º 23.620, de 10 de junho de 2020, atua com vistas ao fortalecimento da democracia representativa e da educação para a cidadania, com base em três eixos temáticos: 1) capacitação, que compreende a formação de agentes públicos envolvidos na aplicação da legislação eleitoral; 2) cidadania, que consiste no desenvolvimento de projetos para educação do eleitor e fortalecimento da democracia; e 3) aprimoramento das práticas eleitorais (pesquisa), com fins de estudo e produção científica em matéria eleitoral. Alinhada aos objetivos estratégicos do TSE, a EJE/TSE convidou, por meio do Memorando-Circular 5 (SEI n.º 2323326), os diversos setores do TSE a indicarem três temas a serem aprofundados em pesquisas científicas realizadas no período que antecede as eleições.

A partir das diretrizes da alta gestão, dos pilares definidos para a atuação da EJE/TSE para o biênio 2023-2024 (democracia e governança democrática, desinformação, liberdade de expressão), bem como dos temas indicados pelas Assessorias e Secretarias do Tribunal, o então diretor da Escola, Ministro Floriano de Azevedo Marques Neto, definiu que os Grupos de Pesquisa seriam estruturados em quatro linhas, quais sejam: Governança Eleitoral; Partidos Políticos; Democracia em Redes; Inclusão e Diversidade.

Docentes orientadoras e orientadores

Coordenação

Coordenação-geral: Ministro Floriano de Azevedo Marques Neto
Coordenação adjunta: Ministra Edilene Lôbo
Coordenação científica: Prof. Dr. Rogério Bastos Arantes

Linha 1: Governança Eleitoral

Gabriela Tarouco
Paolo Ricci

Linha 3: Democracia em redes

Marisa von Bülow
Frederico Batista

Linha 2: Partidos Políticos

Bruno Speck
Pedro Floriano

Linha 4: Inclusão e Diversidade

Elda Bussinguer
Olivia Perez

Acesse o Currículo Lattes dos docentes orientadores!

As ações executadas na **primeira fase** do projeto (16 de novembro de 2023 a 15 de dezembro de 2023) foram (i) a delimitação do escopo e das diretrizes da pesquisa e a elaboração do Edital do Processo Seletivo; (ii) Análise da documentação estabelecida como requisito para inscrição no processo seletivo para ingresso no Grupo de Pesquisa e (iii) Orientações iniciais e acompanhamento.

A **segunda fase** culminou com o 1º Encontro dos Grupos de Pesquisa do TSE, evento presencial ocorrido nos dias 13 e 14 de março de 2024, no Auditório I da Sede do Tribunal Superior Eleitoral. Nessa ocasião, pesquisadoras e pesquisadores puderam assistir a conferências proferidas pelas pessoas integrantes da coordenação do projeto, participar de workshops relacionados à pesquisa e coleta de dados e realizar atividades de integração fundamentais para o debate acadêmico (conforme programação constante do documento SEI n.º 2800522).

A **terceira fase** do projeto contou com a preparação dos produtos para a exposição dos resultados dos Grupos de Trabalho, no 2º Encontro dos Grupos de Pesquisa do TSE, por meio de reuniões virtuais síncronas, que antecederam o evento, para orientação das pesquisadoras e pesquisadores quanto às pesquisas empreendidas, além da participação presencial no Encontro dos Grupos de Pesquisa (realizado nos dias 15 e 16 de maio de 2024, no Auditório I da Sede do Tribunal Superior Eleitoral), para apresentação dos achados relevantes e debates junto à comunidade acadêmica e público amplo.

A **quarta fase** compreende encontros virtuais síncronos e atividades de tutoria para análise, correção e avaliação dos produtos entregues pelas pesquisadoras e pesquisadores e acompanhamento referente ao fechamento do projeto (em execução).

Durante o 2º Encontro dos Grupos de Pesquisa, servidoras, servidores, magistradas e magistrados aprovados no Processo Seletivo Simplificado se reuniram o com intuito de apresentarem os resultados das pesquisas realizadas aos diversos setores do Tribunal Superior Eleitoral, bem como à comunidade acadêmica, com o intuito de debaterem e apresentarem contribuições para o aprimoramento das publicações oriundas do trabalho de pesquisa empreendido e dos produtos a serem entregues. Foi realizada exposição (no subsolo do Edifício Sede do Tribunal Superior Eleitoral) acerca dos dados da pesquisa e informações metodológicas, com linguagem acessível também às pessoas que não estão familiarizadas com a produção acadêmica, além do lançamento da publicação "Grupos de Pesquisa: Primeiros Resultados", disponível na biblioteca digital da Justiça Eleitoral.

Acesse a publicação "Grupos de Pesquisa: Primeiros Resultados"

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI)

Fase 1 – Em sua primeira fase, o trabalho executado no projeto Grupos de Pesquisa do TSE alinhou-se ao **Objetivo Estratégico 2**, porquanto foram definidas quatro linhas de pesquisa, sendo que uma delas refere-se exclusivamente ao tratamento da Inclusão e Diversidade. Importante ressaltar que o Edital do Processo Seletivo Simplificado para seleção de magistradas, magistrados, servidoras e servidores da Justiça Eleitoral, para composição dos Grupos de Pesquisa, previu a reserva de vagas para pessoas autodeclaradas negras, pessoas com deficiência, quilombolas, indígenas e pessoas transgênero, transexuais e travestis. Nesse sentido, foram alcançados os objetivos táticos referentes ao estímulo da formação cidadã por meio de ações que incentivem reflexões sobre o processo eleitoral (OT2.1) e estímulo às discussões acadêmicas e pesquisas em Direito Eleitoral e democracia (OT 2.2).

No tocante ao **Objetivo Estratégico 14**, que se refere à promoção do trabalho colaborativo na Justiça Eleitoral e ao compartilhamento de experiências e conhecimentos, observa-se que o projeto é uma iniciativa da EJE/TSE em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas e a Assessoria de Inclusão e Diversidade. A definição dos temas a serem tratados no projeto partiu de uma ampla consulta, feita a todos os setores do TSE (Memorando-Circular n.º 5 – SEI n.º 2323326). Além disso, o regramento editalício previa a apresentação, no ato da inscrição definitiva, de declaração de anuência da Presidência e/ou Direção-Geral do Tribunal de origem sobre a participação de servidora ou servidor, assumindo os custos com as despesas relativas às diárias e passagens necessárias para as reuniões presenciais. Cabe ressaltar que todas as pessoas inscritas e selecionadas apresentaram tal declaração, demonstrando o compromisso dos Regionais com o projeto. Nesse sentido, foi atingido o Objetivo Tático 14.1, no que diz respeito à promoção do trabalho colaborativo entre as Escolas Judiciárias Eleitorais e, também, com Tribunais Regionais Eleitorais.

Fase 2 – Nessa fase, atingiu-se o **Objetivo Estratégico 2**, porquanto desenvolveu-se pesquisa direcionada ao debate de questões que envolvem pessoas de grupos minorizados como mulheres, pessoas negras, pessoas LGBTQIA+ além da participação de pessoas desses grupos no projeto em si. É importante destacar que o 1º Encontro dos Grupos de Pesquisa do TSE contou com acessibilidade arquitetônica e comunicacional, por meio de tradução e interpretação em libras de todo o evento. Promoveu-se também o engajamento da sociedade no processo eleitoral, uma vez que o 1º Encontro dos Grupos de Pesquisa, aberto ao público amplo e transmitido pelo canal do YouTube da Justiça Eleitoral, teve em sua programação conferências que trataram de temas relacionados ao processo. Quanto ao **Objetivo Estratégico 14**, além de o evento contar com a presença de servidoras e servidores de vários Tribunais Regionais Eleitorais que arcaram com os respectivos custos relativos à participação das pesquisadoras e pesquisadores, foram realizados workshops com servidoras e servidores, representando variados setores do TSE como SMG, SJD, ASEPA, SEDJUR, SGIP, além de representantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TSE, Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, da Assessoria de Inclusão e Diversidade e da Comissão Gestora de Política de Gênero do Tribunal Superior Eleitoral (TSE Mulheres).

Fase 3 – Na Fase 3 do projeto, pesquisadoras e pesquisadores se dedicaram ao levantamento de problemas de pesquisa e tratamento de dados obtidos, além da apresentação e publicação dos primeiros resultados no 2º Encontro dos Grupos de Pesquisa e organização das entregas finais consubstanciadas em artigos científicos e propostas de produtos relacionados neste Portfólio. Nessa fase, atingiu-se o **Objetivo Estratégico 2**, portanto, desenvolveu-se pesquisa com previsão de entregas de produtos relacionados à participação política de pessoas de grupos minorizados, além da participação de pessoas desses grupos no projeto em si. Sublinhe-se que o 2º Encontro dos Grupos de Pesquisa do TSE contou com acessibilidade arquitetônica e comunicacional, por meio de tradução e interpretação em libras de todo o evento. Promoveu-se também o engajamento da sociedade no processo eleitoral, uma vez que o 2º Encontro dos Grupos de Pesquisa foi aberto ao público amplo e transmitido pelo canal do YouTube da Justiça Eleitoral contando ainda com exposição no foyer dos Auditórios do Tribunal Superior Eleitoral, apresentando os primeiros resultados dos Grupos de Pesquisa ao público amplo e com linguagem acessível. Quanto ao **Objetivo Estratégico 14**, cabe registrar que o evento contou com a presença de servidoras e servidores de vários Tribunais Regionais Eleitorais que arcaram com os respectivos custos relativos à participação na qualidade de pesquisadoras e pesquisadores. Convém frisar ainda que o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, a partir da experiencia dos Grupos de Pesquisa do TSE, e com o apoio da equipe da EJE/TSE, publicou Edital de Inscrições para pesquisadoras e pesquisadores de todo o país com interesse em desenvolver estudos nas áreas de Ciências Políticas e Direito Eleitoral.

Formalização
Sei n.º 2022.00.000018468-9.

Período de execução
9 meses (novembro de 2023 a agosto de 2024).

Acesse a notícia sobre os grupos de Pesquisa do TRE-CE

Produtos

- Publicação "Grupos de Pesquisa: Primeiros Resultados", disponível na biblioteca digital da Justiça Eleitoral.
- Publicação "Edição Especial Revista Estudos Eleitorais: Dossiê Grupos de Pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral" (título provisório).
- Dados detalhados sobre desenvolvimento das Missões de Observação Eleitoral na América Latina.
- Análise comparativa da adjudicação eleitoral.
- Verificação do impacto das decisões políticas na composição e administração do Cadastro Nacional de Eleitores.
- Criação de base de dados sobre o período inicial da Justiça Eleitoral (1932-1937) a partir das atas das sessões do Tribunal Superior da Justiça Eleitoral.
- Entrega de relatório sobre a participação feminina nas instâncias partidárias com sugestões e orientações sobre procedimentos que podem ser seguidos por partidos e Justiça Eleitoral.
- Análise dos conteúdos das Prestações de Contas anuais partidárias com foco na origem dos recursos e onde são aplicados.

- Identificação e Catalogação de Iniciativas de Capacitação sobre Desinformação e Integridade do Processo Eleitoral pela Justiça Eleitoral.
- Análise sobre como se deu o enfrentamento à desinformação pelo TSE, no campo judicial, nas Eleições 2022.
- Verificação quanto à representação feminina preta e análise das pautas apresentadas pelas deputadas federais pretas da atual legislatura, na Câmara de Deputados, que se relacionam com as demandas do feminismo negro.
- Dificuldades encontradas e sugestões para acesso aos dados do Tribunal Superior Eleitoral.
- Banco das condenações definitivas em processos de prestação de contas das eleições de 2022 no Rio Grande do Sul, incluindo número do processo, nome da parte, gênero, partido político, cargo disputado, resultado da prestação de contas e valores envolvidos.
- Análise da efetividade das ações afirmativas promovidas pela Justiça Eleitoral como forma de dotar as casas legislativas de maior representatividade e diversidade, sob a ótica interseccional de raça e gênero.
- Confecção de minuta de normativa prevendo a tradução do sítio do TSE onde são disponibilizadas as informações referentes ao cadastro eleitoral, para os idiomas espanhol e inglês, bem como a aplicação "Título Net" e criação de protocolo para atendimento ao brasileiro naturalizado.
- Submissão das pessoas eleitas para exercerem mandatos no Senado e na Câmara dos Deputados, que se autodeclararam negras, a procedimento de heteroidentificação racial e análise dos resultados obtidos considerando a política afirmativa de reserva racial de recursos de campanha e a demanda por inclusão da população negra na Democracia Representativa.
- Proposta de Minuta de Resolução prevendo a formação de banca de heteroidentificação racial.

Inovação

A formação e a implementação dos Grupos de Pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral são uma iniciativa, em um contexto geral, inovadora no âmbito da Justiça Eleitoral. Ainda que outros Tribunais Regionais (como Minas e Paraná) já tenham organizado grupos de pesquisa, projeto semelhante, o que diferencia a iniciativa do projeto da EJE/TSE, em parceria com a SGP e a ADI, é o fato de ter contado com o trabalho interativo e colaborativo de toda a Justiça Eleitoral. Isso porque compõem os grupos servidoras e servidores de vários Regionais que não só autorizaram e incentivaram a participação como disponibilizaram recursos (consubstanciados em diárias e passagens) para que integrantes de seus quadros comparecessem nos eventos presenciais, que foram de grande valia para o debate acadêmico.

Além disso, conforme se verifica na publicação "Grupos de Pesquisa: Primeiros Resultados", as pesquisadoras e pesquisadores propõem soluções para questões atuais e urgentes que permeiam o âmbito de atuação da Justiça Eleitoral como a sub-representação feminina nas instâncias partidárias, prestação de contas e governança partidária, registros históricos da Justiça Eleitoral, Desinformação, Propaganda Digital e os desafios da Justiça Eleitoral, Procedimentos de Heteroidentificação para prevenção de fraudes na autodeclaração, representação feminina preta, aumento de candidaturas de pessoas de grupos minorizados, alistamento eleitoral de imigrantes naturalizados, entre outros.

Registros

1º Encontro dos Grupos de Pesquisa do TSE

2º Encontro dos Grupos de Pesquisa do TSE

Confira fotos, vídeos e notícias sobre o projeto Grupos de Pesquisa do TSE

Depoimento de servidores e servidoras sobre a experiência de participar do projeto Grupos de Pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral

Participar do primeiro grupo de pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral é sentir-se verdadeiramente pertencente e incluída no processo de institucionalização da democracia, entendida não apenas como uma experiência formal, mas como uma experiência material e dinâmica.
Participar deste projeto significa integrar uma entidade que não só reconhece, mas valida as experiências vivenciadas pelos servidores. Trata-se de um espaço onde nossos potenciais são desenvolvidos ao máximo, e onde atuamos em sinergia para a sistematização do conhecimento adquirido. Esse processo é marcado por uma mentoria de altíssimo nível, caracterizada pela excelência e pela humildade de sempre conduzir os estudos ao lado dos servidores.
A utilização do conhecimento científico como ferramenta de aprimoramento e evolução social, dentro deste grupo de pesquisa, representa um compromisso inestimável com o futuro da democracia. Com entusiasmo e um profundo senso de responsabilidade, seguimos juntos, utilizando a ciência como motor de evolução e aprimoramento.

Ligia Vieira de Sá e Lopes, TRE-CE

A participação no Grupo de Pesquisa do TSE trouxe reflexos tanto sobre minhas competências acadêmicas quanto de trabalho. A rotina laboral, foi essencial na construção de redes que permitem melhor comunicação e conhecimentos sobre como têm sido desenvolvidas as diversas atribuições em cada Regional. No aspecto acadêmico, o acesso a orientadores extremamente qualificados e disponíveis permitiu aprofundar conhecimentos sobre os temas pesquisados, e, principalmente, sobre o exercício da pesquisa em si. Torço que a iniciativa tenha vida longa no TSE.

Fernanda Portela Ferreira, TRE-BA

Estar participando dos Grupos de Pesquisa da EJE/TS tem sido uma grande alegria. Inicialmente fiquei muito feliz em ter sido selecionada, tendo em vista a alta qualificação da concorrência. Durante os estudos propriamente ditos, o sentimento de prestígio e importância me fez ficar ainda mais grata pela oportunidade de desenvolver pesquisa no ambiente de trabalho. A pesquisa, que se encaminha para encerrar a primeira etapa, foi desenvolvida com a orientação e apoio de pessoas extremamente qualificadas, organizadas e metodológicas e isso fez muita diferença para mim e para a minha vida.

Karen Fróes, TRE-RS

O grupo de pesquisa permite ao servidor acesso a formas de pesquisas diversas, pela mediação de seus coordenadores, e uma aprendizagem ampla, focada em distintas realidades, pelo convívio com servidores de todo o país. Ganha o servidor, os Tribunais e, ao final, o usuário de nosso serviço.

Marcos Youji Minami, TRE-CE

Participar do grupo de pesquisa teve importância ímpar na minha vida porque foi um espaço em que reuni duas facetas extremamente importantes: a profissional e a acadêmica.
Estar em diálogo com pessoas que trabalham na Justiça Eleitoral e desenvolvem pesquisas acadêmicas foi motivador e reafirmou em meu coração o compromisso que todo corpo técnico tem, que é entregar um trabalho de excelência, sempre atualizado e fundamentado.
O grupo me fez trocar experiências e aprender junto com outras pessoas que possuem diferentes vivências. Foi um espaço plural: pessoas com pós-doutorado e pessoas cursando pós-graduação lato, homens e mulheres, pessoas brancas e pessoas negras, pessoas hétero e pessoas da comunidade LGBTQIAP+, pessoas com mais tempo de casa e pessoas mais novas... todas sentadas lados a lado construindo um conhecimento diverso e fazendo reflexões importantes para o organismo eleitoral brasileiro.

Elder Maia Goltzman, TRE-SP

Participar do grupo de pesquisa organizado pela EJE TSE foi uma experiência enriquecedora e marcante. Senti-me valorizada com o investimento educacional, o voto de confiança e o reconhecimento à capacidade, competência e qualidade do quadro de servidores e magistrados da Justiça Eleitoral, do qual faço parte. Além disso, foi uma oportunidade ímpar de qualificação profissional e acadêmica.
Sou muito grata por ter recebido essa oportunidade única de conviver e aprender com as melhores mentes da Justiça Eleitoral e da Academia, especialmente da área de Ciência Política. A experiência de interagir com professores renomados, vindos de diversas regiões e universidades do país e do mundo, com suas variadas bagagens culturais e produções acadêmicas de destaque, foi inestimável. Espero poder aprofundar e repetir essa experiência no futuro.

Débora do Carmo Vicente, TRE-RS

Nunca imaginei na minha vida participar de um grupo de pesquisa com pessoas tão gabaritadas, passando pela EJE, orientadores, pesquisadores, onde minha pesquisa foi debatida, mesmo sendo oriundo do extremo norte do país, menor TRE, e cujo tema trata de um problema invisível para a Justiça Eleitoral, que é os direitos políticos dos brasileiros naturalizados. Obrigado!

Adnan Assad Youssef Neto, TRE-RR

Revista Estudos Eleitorais

Síntese
Periódico de fluxo contínuo (ISSN 1414-5146), de acesso aberto, arbitrado por pares, que publica artigos nacionais e internacionais inéditos, com temas de interesse da pesquisa eleitoral e suas interlocuções com as ciências sociais e humanas.

Objetivo
Estimular o aprimoramento dos debates sobre todas as vertentes do processo político-eleitoral, bem como proporcionar à comunidade acadêmica e aos profissionais que atuam nessa área fonte segura de subsídios jurídicos.

Contextualização
A revista já havia sido publicada pelo TSE antes que sua edição se tornasse responsabilidade da Escola. A publicação do primeiro volume ocorreu em 1997. Na época, a edição da revista ficou a cargo do professor Walter Ramos Costa Porto, ministro da classe de jurista. Sua publicação foi interrompida em maio de 1998 e reiniciada em dezembro de 2005, sendo convidado novamente o professor Walter Ramos Costa Porto para cuidar da edição do periódico. Nova interrupção se deu no período de setembro de 2006 a dezembro 2007.

Em 2008, a EJE/TSE assumiu a responsabilidade pela edição da revista, e desde 2010, quando o Dr. André Ramos Tavares assumiu a direção da Escola, o periódico vem sendo publicado regularmente – salvo interrupção no ano de 2019. É disponibilizada impressa, em formato brochura, e por meio digital, no Catálogo de Publicações do TSE, a partir do vol. 4 – Número Especial, 2009.

A Estudos Eleitorais é composta, em regra, por artigos inéditos apresentados por juristas e estudiosos da área, e tem um corpo dirigente composto por dois órgãos: o Conselho Editorial, responsável pela análise de pertinência e adequação do conteúdo à política editorial da revista, e o Conselho Honorífico, comissão permanente composta por conselheiros de reconhecido mérito na área eleitoral e com a missão de aprimorar a qualidade e dar maior repercussão à revista – este é composto pelos mesmos integrantes do Conselho Consultivo da EJE, previsto na Portaria n.º 392, de 7 de maio de 2018.

Em 2017, a EJE/TSE publicou chamada pública para compor cadastro de pareceristas duplo-cego (*double blind review*), por meio de edital aberto, que contou com a inscrição de 46 interessados. No mesmo ano, a Secretaria de Tecnologia da Informação do TSE disponibilizou a publicação da revista, em meio eletrônico, por meio do aplicativo *Open Journal Systems* (OJS3), recomendado pela CAPES por concentrar e facilitar todas as etapas da editoração.

A EJE/TSE produz, eventualmente, edições especiais da Estudos Eleitorais, de forma a abraçar temáticas relevantes dentro de seu escopo. Em 2020, foi elaborada edição em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, que reunia diversos gêneros textuais, entre artigos, ensaios, contos e poesias, com vistas a traçar um panorama e contextualizar a realidade e os avanços das mulheres nas questões que envolvem a participação feminina na política, a sua representatividade nos espaços de poder, as cotas e os partidos políticos, o empoderamento feminino e o reconhecimento e exercício de seus direitos políticos, entre outras.

Em 2022, a revista passou pelo processo de reestruturação, contando com nova linha editorial, na perspectiva de aprimorar o processo de submissão dos artigos para melhor atender os critérios de rigor acadêmico, dar maior abrangência temática do ponto de vista social e educacional e elevar a qualificação no sistema Qualis Periódicos. Este esforço contribuiu para que seguíssemos com a proposta de melhoria da qualificação editorial, que recebeu nova avaliação da CAPES, contando com o título Qualis Periódicos B2.

Em 2024, a publicação segue com essa qualificação editorial, portanto, um patamar mais atrativo para interessados na divulgação de trabalhos sobre Direito Eleitoral, Direito Político, Direito Partidário e temáticas correlatas.

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI)
A *Estudos Eleitorais* se encaixa no **Objetivo Estratégico 2** – promover maior engajamento da sociedade no processo eleitoral e a participação dos diversos grupos minorizados na política. Nesse sentido, lança edições especiais com o objetivo de abordar temas essenciais dentro de seu escopo. A exemplo, em 2020, a Edição Especial foi publicada em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, reunindo diversos gêneros textuais, como artigos, ensaios, contos e poesias. Essa edição buscou traçar um panorama e contextualizar a realidade e os avanços das mulheres nas questões relacionadas à participação feminina na política, representatividade nos espaços de poder, cotas e partidos políticos, empoderamento feminino, e reconhecimento e exercício de seus direitos políticos. Ademais, a revista conta com um público amplo, tendo em vista a participação diversa da comunidade acadêmica, no que diz respeito tanto à autoria quanto ao corpo de pareceristas. Vai além quando disponibiliza, por meio eletrônico, suas produções, alcançando a sociedade com temas relevantes para a educação e fortalecimento da democracia no país.

A revista alinha-se também ao **Objetivo Tático 2.1** – estimular a formação cidadã da sociedade, especialmente dos grupos minorizados, por meio de ações socioeducativas que incentivem reflexões sobre o processo eleitoral e a importância da participação política – e ao **Objetivo Tático 2.2** – estimular as discussões acadêmicas e pesquisas em Direito Eleitoral e Democracia. Assim, os objetivos táticos referidos compreendem o desenvolvimento de artigos científicos, oriundos da pesquisa acadêmica, que serão contemplados também na Edição Especial de 2024, Volume 18, n. 1, em parceria com os Grupos de Pesquisa do TSE. Estes, em seu trabalho, propõem soluções para questões atuais e urgentes que permeiam o âmbito de atuação da Justiça Eleitoral, como a sub-representação feminina nas instâncias partidárias, prestação de contas e governança partidária, registros históricos da Justiça Eleitoral, desinformação, propaganda digital e os desafios da Justiça Eleitoral, procedimentos de heteroidentificação para prevenção de fraudes na autodeclaração, representação feminina preta, aumento de candidaturas de pessoas de grupos minorizados, alistamento eleitoral de imigrantes naturalizados, entre outros.

Formalização
SEI n.º 2022.00.000001363-9.

Período de execução
Contínuo.

Produtos
- Publicações semestrais disponibilizadas gratuitamente no Catálogo de Publicações do TSE.

Inovação
Direito à acessibilidade: a revista é disponibilizada em meio digital, de forma que pessoas cegas, com baixa visão, analfabetas ou que, mesmo sem deficiência, preferem ler em outros formatos, podem ter acesso como for conveniente.

Estudos Eleitorais em Destaque: com vistas a alcançar o público interessado nos temas abordados pela revista Estudos Eleitorais, o Núcleo Comunicação e Arte da EJE/TSE produz, periodicamente, seleções de excertos dos artigos publicados nas edições, para visualização e compartilhamento nas redes sociais da Escola. Este conteúdo é intitulado “Estudos Eleitorais em Destaque”, e consiste em uma publicação no formato “carrossel”, com uma frase/citação na primeira capa e demais recortes do texto da(s) autora(s) ou autor(es) nas páginas seguintes. Esse produto ajuda a difundir as temáticas trabalhadas pelo periódico, promovendo maior engajamento da sociedade e, por isso, auxiliando no alcance dos objetivos precípuos da revista e, por consequência, da Escola.

Acesse o catálogo de publicações da Revista Estudos Eleitorais

Momento Eleitoral

Síntese
Programa semanal de minientrevistas, com a presença de uma pessoa especialista, convidada para conversar sobre tema de cunho eleitoral.

Objetivo
Contribuir com a promoção da cidadania, a conscientização política e o fortalecimento das práticas eleitorais, por meio da promoção de conteúdos informativos e educativos com temas ligados à Justiça Eleitoral, instruindo o público amplo quanto a assuntos da matéria eleitoral e correlata.

Contextualização
No ano de 2014, a Escola Judiciária Eleitoral deu início ao projeto BiEJE, um boletim informativo que tratava de temas importantes para as eleições daquele ano. Em 2017, o BiEJE foi reformulado e passou a ser produzido em vídeo, configurado como miniaulas e apresentado por uma pessoa convidada, conhecedora da matéria tratada no episódio. O programa foi inserido na Rádio Justiça e no intervalo da sessão plenária do Supremo Tribunal Federal. Novamente o programa foi reformulado e passou a ser chamado *Momento Eleitoral*, apresentando um novo formato com minientrevistas e com um tempo menor, o que trouxe dinamicidade ao programa. Em seu formato presencial, o *Momento Eleitoral* teve uma pausa durante a pandemia do novo coronavírus, retornando no formato de vídeos gravados pelas pessoas especialistas, sem a interlocução de uma pessoa na apresentação.

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI)
O projeto *Momento Eleitoral* se alinha ao Objetivo Estratégico 2, que se refere à promoção do maior engajamento da sociedade no processo eleitoral e a participação dos diversos grupos minorizados na política. O produto é voltado para o público amplo, apresentando conteúdo informativo e educativo ligado à Justiça Eleitoral, além de edições com temáticas relativas a grupos minorizados. Nesse sentido, foram alcançados os objetivos táticos referentes ao estímulo da formação cidadã por meio de ações que incentivem reflexões sobre o processo eleitoral (OT2.1) e estímulo às discussões acadêmicas e pesquisas em Direito Eleitoral e democracia (OT 2.2).

No tocante ao Objetivo Estratégico 14, que se refere à promoção do trabalho colaborativo na Justiça Eleitoral e ao compartilhamento de experiências e conhecimentos, os episódios do Momento Eleitoral contaram com a participação de diversos especialistas de diferentes setores do Tribunal Superior Eleitoral e até mesmo de outros Tribunais Regionais Eleitorais, atingindo-se o Objetivo Tático 14.1.

Formalização
Não houve formalização.

Período de execução
3 anos (abril de 2018 a abril de 2021).

Produtos
Episódios do programa Momento Eleitoral no YouTube e na página da EJE/TSE.

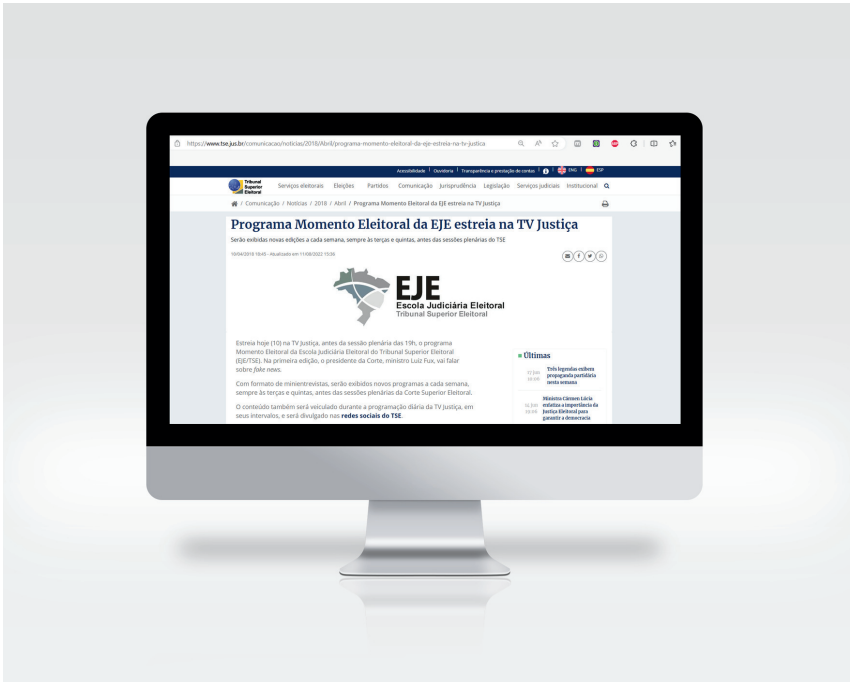
Confira o programa no YouTube

Confira o programa na página da EJE/TSE

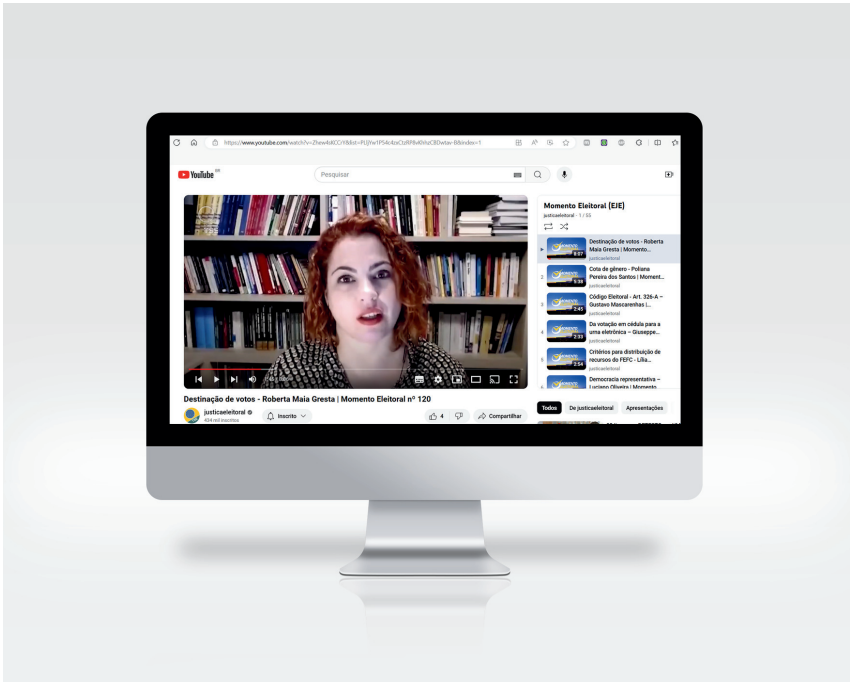
Inovação

O programa *Momento Eleitoral* representou inovação ao abordar temas eleitorais de maneira dinâmica e acessível, por meio de minientrevistas com especialistas. Esse formato oferece ao público uma oportunidade única de se informar e refletir sobre assuntos cruciais ligados à Justiça Eleitoral, promovendo a conscientização política e cidadã. A transição do boletim informativo BiEJE, inicialmente em formato escrito e posteriormente em vídeo, para o atual *Momento Eleitoral*, demonstra um compromisso contínuo com a evolução e a adaptação às necessidades de comunicação contemporâneas. A abordagem dinâmica e o tempo reduzido das entrevistas facilitam o consumo de informações importantes, ampliando o alcance e a eficácia do programa.

Registros



Confira a notícia na íntegra:



Confira o episódio:

EIXO

CIDADANIA

EDUCAÇÃO DO ELEITOR E FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

Contribuir para o fortalecimento da democracia a partir de ações socioeducativas que possibilitem a conscientização da sociedade a respeito da participação na vida política e no processo eleitoral brasileiro. Neste eixo, o foco de atuação são as pessoas cidadãs, sobretudo aquelas que estão iniciando a vivência político-democrática e aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade e/ou exclusão do processo político-eleitoral.

Projeto Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania

Síntese
Elaboração de desenho institucional consolidado do eixo de Cidadania das Escolas Judiciárias Eleitorais.

Objetivo
Colaborar para o aprofundamento da democracia por meio da orientação a todo o Sistema EJE quanto às dimensões priorizadas de atuação do eixo Cidadania: Valores e Princípios Democráticos, Populações Minorizadas, Combate à Desinformação e Educação para Cidadania.

Contextualização
A Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE) realiza atividades de pesquisa, formação profissional, publicação e divulgação de trabalhos relacionados ao Direito Eleitoral, com vistas ao fortalecimento da democracia representativa e da educação para a cidadania, atuando com base em três eixos temáticos: capacitação, que compreende a atualização e o aperfeiçoamento de magistrados, membros do Ministério Público Eleitoral, advogados e servidores da Justiça Eleitoral em Direito Eleitoral; cidadania, que consiste no desenvolvimento de projetos e ações com vistas à promoção da educação para a cidadania política; e aprimoramento das práticas eleitorais (pesquisa), que compreende o estímulo ao estudo, à discussão, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral.

O desenvolvimento de ações para a cidadania está historicamente vinculado à implantação das próprias Escolas Judiciárias Eleitorais, que têm como um de seus principais expoentes o Programa Eleitor do Futuro, surgido em 2002.

Todavia, era sentida a ausência de diretrizes para essas ações, o que dificultava a produção de material a ser compartilhado em âmbito nacional, a captação e a formação adequada de formadoras e formadores para os projetos de cidadania, especialmente aqueles que envolviam público-alvo diverso e, ainda, inviabilizava a construção de estratégias de comunicação adequadas para a projeção da imagem da Justiça Eleitoral junto à sociedade.
Tal demanda, identificada inicialmente nos encontros das EJEs, pôde finalmente ser sistematizada durante reuniões de Grupo de Trabalho especialmente formado para tratar do tema (Portaria TSE n.º 535/2022). Concluídos esses debates e estabelecidas as dimensões priorizadas de atuação pela EJE/TSE, nasceu o projeto Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania, com a colaboração acadêmica do Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático da Universidade de Brasília – UnB, desenvolvido em três fases.

A **primeira fase** do projeto envolveu o mapeamento de conteúdo e a produção de definições conceituais dos Eixos Temáticos inicialmente identificados no bojo do Sistema EJE e do Grupo de Trabalho – Valores e Princípios Democráticos, Educação para a Cidadania, Populações Minorizadas e Combate à Desinformação. Nesse primeiro momento, foi possível observar como as questões abordadas nesses eixos se correlacionavam, explicitando a necessidade de orientações das diretrizes no sentido de promover a ação pública reflexiva.

Pesquisadoras, pesquisadores, professoras e professores convidados elaboraram textos norteadores sobre as temáticas identificadas que representam aspectos inescapáveis do debate democrático, com vistas a subsidiar um processo de formação ativa para os servidores da Justiça Eleitoral, objeto das etapas seguintes.

Dimensões formativas e suas perguntas norteadoras

Valores e Princípios Democráticos

- Quais os alcances do processo eleitoral na democratização? Quais são os demais aspectos éticos, culturais, socioeconômicos e territoriais que devem ser considerados?
- Quais práticas podem colaborar para a democratização da sociedade brasileira e de suas instituições?
- Como reconhecer e superar uma trajetória histórica de traços autoritários?
- Como as EJEs podem contribuir *in loci* para difundir valores e princípios democráticos, com vistas à consolidação da democracia brasileira?

Populações Minorizadas

- Como promover a inclusão política de populações historicamente marginalizadas?
- A quais diversidades e interseccionalidades nos referimos?
- Como aprender com políticas de ações afirmativas para a promoção de iniciativas da Justiça Eleitoral de educação para a cidadania?

Combate à Desinformação

- Como definir desinformação?
- Como a desinformação impacta a construção democrática?
- Quais as iniciativas em curso pelo TSE para o combate à desinformação?
- Como projetos de cidadania das EJEs podem divulgá-las e aperfeiçoá-las?

Educação para a Cidadania

- De qual cidadania estamos falando?
- O que a educação em direitos humanos e a educação popular ensinam para a educação para a cidadania?
- Como promover processos de educação para a cidadania?

Coordenado pelas Professoras Doutoras Doriana Daroit e Fernanda Natasha Bravo Cruz, esse trabalho resultou em 16 (dezesseis) textos autorais elaborados por acadêmicas e por acadêmicos especialmente convidados, dos quais 15 (quinze) foram selecionados e organizados em apostila de 89 (oitenta e nove) páginas intitulada **"Ação Formativa: Rumo às Diretrizes Nacionais de Cidadania das Escolas Judiciárias Eleitorais"**, utilizada nas fases 2 e 3 do projeto, tanto para a formação on-line quanto para as oficinas presenciais, servindo como referência teórica para os cursistas de ambas.

Textos selecionados

Valores e Princípios Democráticos

O efetivo exercício da democracia brasileira e o papel da Justiça Eleitoral
Profa. Dra. Regina Laisner

Democracia enquanto prática: Como favorecer a experimentação e a inovação eleitoral nas instituições e comunidades?
Profa. Dra. Carolina Andion

Diversidade na unidade: o papel das EJEs estaduais na promoção da cidadania e da democracia
Profa. Dra. Marcela Machado

Democracia em ação
Profa. Dra. Zilma Borges

Populações Minorizadas

Quem somos? Conhecendo a diversidade para promover a inclusão e a participação em processos eleitorais
Profa. Dra. Raquel Silveira

Ações Afirmativas
Prof. Dr. Renato Emerson

Maioria Minorizada e o Exercício da Cidadania
Profa. Ma. Lorena Santos

Combate à Desinformação

Desinformação e o Desafio das Instituições Democráticas
Profa. Dra. Daniela Garrossini

Enfrentamento à desinformação
Prof. Dr. Francisco Carvalho

Os efeitos da desinformação
Profa. Dra. Nara Pavão

Educação para a Cidadania

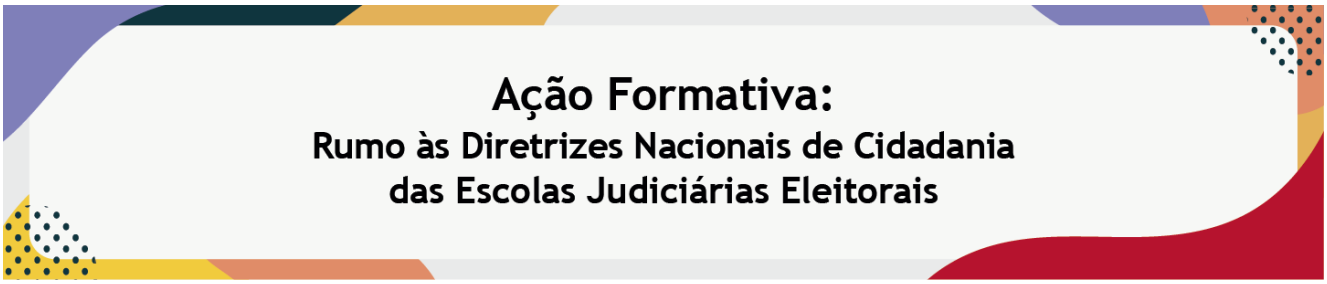
Educação para a Cidadania: Dimensões para exercitar a trajetória da avaliação
Prof. Dr. Breynner Ricardo de Oliveira

Educação para a Cidadania Democrática
Profa. Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide

Diretrizes Nacionais Projetos de Cidadania
Profa. Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz

Democracia: conceitos
Profa. Dra. Maria Victoria Benevides

A **segunda fase do projeto** contemplou uma ação formativa virtual, por meio da plataforma EADEJE, voltada prioritariamente, porém de forma não exclusiva, para servidoras e servidores da Justiça Eleitoral, com o objetivo de qualificar a proposição e a viabilização das Diretrizes por meio de atividades coletivas junto aos cursistas, mobilizando perspectivas acadêmicas interdisciplinares juntamente aos conhecimentos e às vivências dos participantes.



A formação visou também motivar o engajamento para a implementação de projetos locais de educação para a cidadania, dado o senso de pertencimento e autoria na cocriação da proposta conduzida em metodologias dialógicas de ensino-aprendizagem.

A formação foi desenvolvida em 16 horas-aula, divididas em 6 módulos, conforme os quatro eixos priorizados: Valores e Princípios Democráticos; Populações Minorizadas; Combate à Desinformação e Educação para Cidadania.

Todo o arcabouço da ação formativa foi concebido pelas Professoras Coordenadoras do Projeto, Doriana Daroit e Fernanda Natasha Bravo Cruz. Cada um desses módulos contou com atividades assíncronas e síncronas, correspondentes a um vídeo gravado (elaborado pelos professores), bem como à propositura de atividades individuais e coletivas, cujas respostas foram publicadas na plataforma e acompanhadas e corrigidas pelas tutoras e tutor contratados.

Aulas assíncronas

Valores e Princípios Democráticos

Vídeo produzido pela Profa. Dra. Regina Laisner (UNESP)

Populações Minorizadas

Vídeo produzido pelo Prof. Dr. Renato Emerson dos Santos (UFRJ)
Vídeo produzido pela Profa. Dra. Raquel Silveira (UFRN)

Combate à Desinformação

Vídeo produzido pela Profa. Dra. Daniela Garrossini (UnB)

Educação para a Cidadania

Vídeo produzido pelo Prof. Dr. Breynner Ricardo Oliveira (UFOP)

Tutoras e tutor contratados para acompanhamento das atividades síncronas e das respostas das atividades individuais e coletivas:

- Prof. Me. Leôncio Mário Jardim Neto;
- Profa. Ma. Lorena Silva Santos;
- Profa. Ma. Lara Laranja Silva;
- Profa. Ma. Antônia Sheila Lima.

Ao todo, houve 84 inscrições (espalhadas por 24 estados) e 20 certificados emitidos para cursistas de 11 Regionais (AC, CE, GO, MA, MG, PI, PR, SC, SE, SP, TO) e do TSE.

A **terceira fase** do projeto consistiu na promoção de encontros regionais de intercâmbio entre os projetos Grupos de Pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral e Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania, em razão de se inter-relacionarem em pontos fundamentais.

O desenvolvimento simultâneo desses projetos, especialmente em ano eleitoral, evidenciou uma excelente oportunidade para a promoção de diálogos (transversais) que atravessassem os temas abordados, estudados e vivenciados pelos partícipes de ambas as ações. A escuta ativa de representantes da sociedade civil organizada, mediante encontros presenciais em regiões diversas de nosso país continental, se apresentou como maneira adequada para compreender e aplicar os diversos olhares e realidades aos objetivos propostos tanto pelos Grupos de Pesquisa quanto pelo projeto Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania.

Nesse sentido, o então Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TSE, Ministro Floriano de Azevedo Marques, convidou os Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais dos estados do Amapá, do Espírito Santo e do Ceará a receberem esses encontros regionais nos dias 10, 17 e 24 de maio, respectivamente, numa demonstração de comprometimento de toda a Justiça Eleitoral com o desenvolvimento da pesquisa e da produção científica e com o aprimoramento da governança institucional e da educação para cidadania.

Cada encontro contemplou duas partes: uma aberta ao público, para apresentação dos projetos e de palestras com especialistas nos temas abordados pelos projetos, voltados para o público local; e outra fechada, consistindo em uma oficina de culminância da ação formativa do projeto Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania, com a presença de servidores participantes da ação formativa on-line (para quem foram enviados convites nominais) e de representantes da sociedade convidados.

Cada encontro aberto abordou com mais ênfase um tema específico dos projetos.

Amapá: Governança Eleitoral, Princípios e Valores Democráticos

Professoras contratadas
- Profa. Dra. Doriana Daroit (UnB);
- Profa. Dra. Daniela Garrossini (UnB).

Professora convidada
Profa. Dra. Gabriela Tarouco (UFPE).

Além das autoridades locais, o evento contou com a presença de:
- Dra. Marilda Silveira, então Vice-Diretora da EJE/TSE;
- Prof. Moisés Campos;
- Prof. Elivaldo Serrão Custódio.

Participações
31 para o evento aberto e 31 para a oficina.

Espírito Santo: Combate à desinformação

Professora e professor contratados
- Profa. Dra. Fernanda Natasha Bravo Cruz (UnB);
- Prof. Dr. Renato Emerson (UFRJ).

Professora e professor convidados
- Prof. Dr. Rogério Arantes (USP);
- Profa. Dra. Regina Laisner (UNESP).

Além das autoridades locais, o evento contou com a presença de:
- Ministra Edilene Lôbo;
- Dra. Marilda Silveira, Vice-Diretora da EJE/TSE;
- Assessora-Chefe da EJE/TSE, Polianna Pereira dos Santos;
- Profa. Dra. Elda Bussinguer.

Participações
54 para o evento aberto e 23 para a oficina.

Ceará: Inclusão e diversidade

Professoras e professores contratados

- Profa. Dra. Fernanda Natasha Bravo Cruz;
- Profa. Ma. Lorena Santos;
- Prof. Dr. Breynner Ricardo de Oliveira;
- Profa. Dra. Doriana Daroit.

Além das autoridades locais, o evento contou com a presença de:

- Ministra Vera Lúcia Santana Araújo;
- Assessora-Chefe da EJE/TSE, Polianna Pereira dos Santos;
- Profa. Dra. Olivia Cristina Perez;
- Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade.

Participações

137 para o evento aberto (presencial e on-line) e 30 para a oficina.

Além da presença de servidores da Justiça Eleitoral de todo o país, atuantes nos eixos priorizados de Cidadania, as três oficinas fechadas contaram com a presença de representantes da sociedade civil, especificamente lideranças quilombolas, lideranças indígenas, representantes de secretarias de estado, dentre as quais da educação e da diversidade, ativistas pela inclusão de pessoas com deficiência e professoras de libras.

Todo o processo finalmente resultou na publicação **"Diretrizes Nacionais de Ações de Cidadania das EJE: fundamentos, caminhos e desafios"**, incluídos os textos da apostila elaborada para a ação formativa e, sobretudo, as considerações finais, que também se volta à difusão, no âmbito do Sistema EJE, de um senso de necessidade de estabelecer iniciativas estratégicas de formação para a cidadania em parceria com instituições governamentais e não governamentais de interesse público. Desse modo, desejou-se motivar o engajamento para a implementação de projetos locais de educação para a cidadania, dado o senso de pertencimento e autoria na cocriação das propostas conduzidas em metodologias dialógicas de ensino-aprendizagem.

Na publicação, os leitores encontram os escritos provenientes da primeira fase, com definição de fundamentos teóricos e de temáticas prioritárias identificadas como aspectos inescapáveis para a construção de Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania pelas professoras e pelos professores convidados. Os documentos orientadores pautaram a formação ativa virtual e os encontros presenciais, constituindo não apenas referencial teórico, mas material pedagógico enriquecido pelo diálogo e pelo intercâmbio de experiências no âmbito da Justiça Eleitoral. A publicação, portanto, é o instrumento norteador para o desenvolvimento de um projeto amplo e democrático em busca do fortalecimento da cidadania.

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI)

O projeto "Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania" alinha-se aos Objetivos Estratégicos 2 e 14 do Planejamento Estratégico deste Tribunal. O Objetivo Estratégico 2 se refere à promoção do maior engajamento da sociedade no processo eleitoral e a participação dos diversos grupos minorizados na política. Diz respeito à ampliação de mecanismos que possibilitem compreender as especificidades do processo eleitoral de forma a aproximar, incentivar e informar a sociedade de maneira ativa. O Objetivo Estratégico 14 se refere à promoção do trabalho interativo e colaborativo no TSE e na Justiça Eleitoral, bem como o compartilhamento de experiências e conhecimentos, o que conduzirá todo o trabalho para resultados melhores.

As fases 1, 2 e 3 do projeto alinharam-se ao **Objetivo Estratégico 2** à medida que o material didático produzido na fase 1, alinhado com os quatro eixos priorizados de Cidadania (Valores e Princípios Democráticos, Populações Minorizadas, Combate à Desinformação e Educação para Cidadania), serviu de arcabouço teórico para as fases 2 e 3. Estas, por sua vez, trataram essencialmente sobre meios de fomentar o engajamento da sociedade, sobretudo das populações minorizadas, no processo eleitoral. Nesse sentido, importa ressaltar que os encontros itinerantes de intercâmbio entre os projetos Diretrizes e Grupos de Pesquisa, objeto da fase 3, tanto em sua parte aberta ao público quanto nas oficinas fechadas, debateram temas afetos à participação da sociedade no processo eleitoral e dos diversos grupos minorizados na política. Saliente-se que em todos os encontros, com o apoio dos Regionais que os sediaram, estiveram presentes os mais diversos representantes da sociedade civil (secretarias de educação, líderes indígenas, líderes quilombolas, pessoas negras, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+). Além disso, os eventos contaram com recursos assistivos que garantiram a participação ativa de pessoas com deficiência. Mencione-se especialmente a oficina do Ceará, que contou com a presença de duas professoras surdas convidadas que tiveram a todo o momento a atuação de uma intérprete de libras. Os eventos ainda foram transmitidos pelo canal do YouTube dos respectivos regionais. Nesse sentido, foram alcançados os objetivos táticos referentes ao estímulo da formação cidadã da sociedade, especialmente dos grupos minorizados, por meio de ações socioeducativas que incentivam reflexões sobre o processo eleitoral e a importância da participação política (OT2.1).

As fases 2 e 3 do projeto também contemplaram o **Objetivo Estratégico 14**, pois, viabilizadas pelos respectivos tribunais, tanto as etapas on-line quanto as presenciais (regionais) contaram com participações ativas de servidoras e servidores de toda a Justiça Eleitoral, especialmente os atuantes nos eixos priorizados de Cidadania em suas atividades funcionais, quando puderam ser integradas as perspectivas acadêmicas interdisciplinares apresentadas pelos professores (por meio de vídeos, de materiais escritos e de atividades) às vivências e conhecimentos dos cursistas. Portanto, foram alcançados os objetivos táticos referentes à promoção do trabalho colaborativo entre as Escolas Judiciárias Eleitorais (OT14.1).

Formalização
SEI n.º 2022.00.000010985-7; n.º 2022.00.000013549-1; n.º 2023.00.000015367-3; e n.º 2024.00.000003590-0.

Período de execução
Setembro de 2023 a maio de 2024.

Produtos
- 28 horas de capacitação.
- 104 participações nas ações formativas on-line e presenciais (oficinas regionais).
- Publicação intitulada “Diretrizes Nacionais de Ações de Cidadania das EJE: fundamentos, caminhos e desafios” https://eadeje.tse.jus.br/mod/resource/view.php?id=19681 (necessário login prévio na plataforma EADEJE). A publicação realmente pode ser acessada nesse link, mas a apostila se transformou em outro material, contendo os textos autorais que serviram de referencial teórico para os cursistas das ações formativas ocorridas nas fases 2 e 3 do projeto.

Inovação
O projeto "Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania" se destaca por sua abordagem inovadora. Pela primeira vez, a Justiça Eleitoral consultou especialistas para definirem o que são ações de cidadania, garantindo, assim, que fossem fundamentadas em teorias e em evidências sólidas discutidas em âmbito acadêmico.

O método se mostrou inovador por sua natureza colaborativa e participativa sem precedentes na Justiça Eleitoral, promovido de modo coletivo e democrático, a partir de olhares diversos, surgidos não apenas da academia, mas também da prática daqueles que lidam com o cotidiano da Justiça Eleitoral e, inclusive, da destinatária final das ações, que é a sociedade civil a partir de seus representantes, oriundos de regiões diferentes deste país continental e plural.

As ações propostas, portanto, vêm fortalecidas pela legitimidade e por sua eficácia, promovendo um maior engajamento e adesão por todos os envolvidos. A iniciativa representa um passo significativo em direção ao fortalecimento da democracia, da educação para a cidadania no Brasil e, sobretudo, do Sistema EJE.

A inclusão de especialistas, servidores e representantes da sociedade civil na definição das diretrizes proporcionou uma construção coletiva e democrática, resultando em orientações abrangentes e eficazes. Esse método participativo não só enriqueceu o conteúdo das diretrizes como também fortaleceu a legitimidade e a eficácia das ações propostas, promovendo um maior engajamento e adesão por parte de todos os envolvidos.

Registros

Cidadania e Pesquisa: Encontros Itinerantes – Etapa Amapá

Cidadania e Pesquisa: Encontros Itinerantes – Etapa Espírito Santo

Cidadania e Pesquisa: Encontros Itinerantes – Etapa Ceará

Confira fotos, vídeos e notícias sobre o projeto Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania:

Laboratório para a Garantia de Direitos Políticos – LabGDP

Síntese
Iniciativa formativa para desenvolver estratégias e instrumentos de ação pública para a inclusão política de populações em situação de vulnerabilidade.

Objetivo
Articular estratégias institucionais para o atendimento inclusivo de pessoas em situação de vulnerabilidade para garantir o efetivo exercício de seus direitos políticos.

Contextualização
O objetivo precípuo do eixo cidadania é contribuir para o fortalecimento da democracia a partir de ações socioeducativas com foco nas pessoas cidadãs, sobretudo aquelas que estão iniciando a vivência político-democrática e aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade e/ou exclusão do processo político-eleitoral. Nesse contexto, foi desenvolvido o Laboratório para a Garantia de Direitos Políticos – LabGDP, ação pioneira planejada e realizada pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE), em parceria com a Corregedora-Geral Eleitoral (CGE), a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e a Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPCP), com o objetivo de construir, com a alta gestão da Justiça Eleitoral, estratégias para a concretização das bases normativas relativas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade para garantia do efetivo exercício de seus direitos políticos.

A Escola Judiciária Eleitoral capitaneou essa construção conjunta entre a entidade da sociedade civil – ANEPCP – e diferentes setores da Justiça Eleitoral, já que o Laboratório é fruto das parcerias formalizadas no Acordo de Cooperação TSE n.º 4/2021. O projeto metodológico do LabGDP foi apresentado pela ANEPCP e construído em interlocução com a EJE/TSE, a CGE, a SGP, e a AGI – setores que atuaram na coordenação executiva da ação. Contou com a participação de servidores do TSE e de outros Regionais e foi conduzido pelas docentes e pesquisadoras da ANEPCP. Buscou-se o planejamento de ações para o enfrentamento de questões como (i) definição de estratégias para a inclusão política de pessoas em situação de rua; (ii) reconhecimento de populações marginalizadas pela falta de acesso a documentos; (iii) reconhecimento de práticas de garantia de direito do voto para pessoas privadas de liberdade e para adolescentes em medida socioeducativa; (iv) estratégias para o acolhimento e o exercício do voto de pessoas trans.

Docentes

Ana Teresa Iamarino
Ana Helena Oliveira Pessoa (tutora)
Christiane Russomano Freire
Daniela Campos de Abreu Serra (tutora)
Doriana Daroit
Fernanda Natasha Bravo Cruz
Fernanda Givisiez
Genilton dos Reis Silva (monitor)
Maria Carolina Andion
Raquel Maria da Costa Silveira
Regina Claudia Laisner
Valdirene Daufemback

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI)
O Laboratório para a Garantia de Direitos Políticos – LabGDP alinha-se aos Objetivos Estratégicos 2 e 14 do Planejamento Estratégico deste Tribunal. O Objetivo Estratégico 2 se refere à promoção do maior engajamento da sociedade no processo eleitoral e à participação dos diversos grupos minorizados na política. Diz respeito à ampliação de mecanismos que possibilitem compreender as especificidades do processo eleitoral de forma a aproximar, incentivar e informar a sociedade de maneira ativa. O LabGDP demonstra um compromisso claro e robusto com o OE 2, à medida que integra abordagens reflexivas interdisciplinares, cria dispositivos para inclusão política de grupos vulneráveis e promove a cocriação de dinâmicas de ação pública e inovações sociais. Nesse sentido, o LabGDP não apenas amplia o engajamento da sociedade no processo eleitoral, mas também fortalece a democracia ao garantir a participação ativa e equitativa dos diversos grupos minorizados na política brasileira. Assim, foram alcançados os objetivos táticos referentes ao estímulo da formação cidadã da sociedade e, especialmente, dos grupos minorizados, por meio de ações socioeducativas que incentivem reflexões sobre o processo eleitoral e a importância da participação política (OT2.1).

O Objetivo Estratégico 14, que se refere à promoção do trabalho interativo e colaborativo no TSE e na Justiça Eleitoral, bem como ao compartilhamento de experiências e conhecimentos, também está contemplado pelo LabGDP, pois todo o projeto foi desenvolvido possuindo como público-alvo os gestores da Justiça Eleitoral, que tiveram como atribuição o desenvolvimento de projetos e de ações institucionais com o desafio de analisar os entraves à efetiva participação de grupos minorizados no processo eleitoral. Nesse sentido, foram alcançados os objetivos táticos referentes à promoção do trabalho colaborativo entre as Escolas Judiciárias Eleitorais (OT14.1).

Formalização
Processo SEI n.º: 2021.00.000011371-9; 2023.00.000011400-7-7.

Período de execução
Dezembro de 2021 a maio de 2023.

Produtos
- 16 horas de capacitação;
- 22 participações nas ações formativas virtuais e síncronas;
- Publicação intitulada “Portfólio para Garantia de Direitos Políticos”.

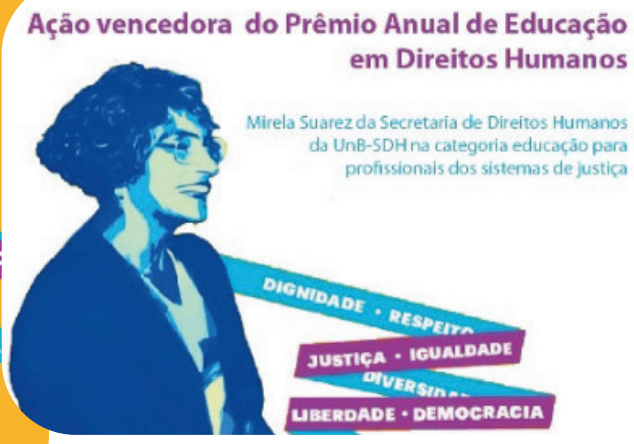
Inovação
O LabGDP propõe-se inovador, uma vez que, pela primeira vez, a Justiça Eleitoral buscou a propositura de caminhos para o estabelecimento de ações públicas voltadas à superação de processos de exclusão política que derivam das estruturas de desigualdade e marginalização social, características da sociedade brasileira, tendo como ponto de partida o trabalho já desenvolvido pelo TSE e pela EJE no Grupo de Trabalho para Sistematização das Normas Eleitorais (SNE), de maneira colaborativa e participativa.

Registros

Apresentação do LabGDP no X ENEJE (maio 2023)

Registros

A iniciativa recebeu o Prêmio Mireya Suárez de Educação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília (UnB), na categoria Educação para Profissionais do Sistema de Justiça.



Acesse a notícia sobre o LabGDP

Acesse o Currículo Lattes dos docentes do Eixo Cidadania

NÚCLEO

COMUNICAÇÃO E ARTE

COMUNICANDO PARA A DEMOCRACIA

Difundir as ações da EJE/TSE e do Sistema EJE, com o objetivo de promover maior engajamento social, tanto no que diz respeito à aquisição de conhecimentos quanto no que se refere à conscientização da população acerca da importância do processo eleitoral democrático.

Núcleo Comunicação e Arte

Síntese
O Núcleo Comunicação e Arte apresenta soluções visuais e textuais para a atuação da Escola em seus três eixos, exprimindo o cerne de cada ação formativa, curso, evento, publicação, projeto ou programa, desde a concepção da identidade visual até a elaboração das peças de divulgação que visam alcançar e engajar seu público-alvo.

Objetivo
Difundir as ações da EJE/TSE e do Sistema EJE, com o objetivo de promover maior engajamento social, tanto no que diz respeito à aquisição de conhecimentos quanto no que se refere à conscientização da população acerca da importância do processo eleitoral democrático.

Contextualização
A criação do Núcleo Comunicação e Arte é fruto do esforço para a reorganização interna de trabalho e especialização da equipe diante de um mundo conectado e célere. A ampliação de suas ofertas de capacitação, pesquisa e cidadania levou a EJE/TSE a marcar presença nas redes sociais, com a criação de conteúdos cada vez mais frequente para estes e outros meios, de modo a garantir o alcance da divulgação de suas ações, que se tornaram evidentes.
Em 2024, com a contratação de dois postos de trabalho para a área de design gráfico e a colaboração contínua da profissional responsável pela preparação e revisão de textos, foi possível estruturar uma equipe dinâmica, diversa e criativa, com produção de conteúdos e peças gráficas em meio físico e digital.

Produtos
Os produtos de comunicação e arte produzidos pelo ComArte são criações que integram elementos artísticos e comunicacionais, com o objetivo de traduzir e materializar os objetivos específicos de cada ação da Escola em elementos visuais coerentes e coesos, que atuam na percepção crítica e interpretativa dos públicos-alvo. Esses produtos abrangem uma variedade de mídias e formatos, como ilustrações, design gráfico, vídeos, materiais didáticos e peças de divulgação virtual.

Inovação
Destaca-se o Grupo de Pesquisas do Tribunal Superior Eleitoral, capitaneado pelo Eixo Pesquisa da EJE/TSE e orientado pelo Núcleo Comunicação e Arte em cada etapa: desde a criação da identidade visual do projeto até as peças gráficas para divulgação em meios digitais, cartazes impressos nos corredores do TSE para acompanhamento dos resultados pelas pessoas inscritas e edição de vídeos com entrevistas de coordenadores e docentes para redes sociais. Dois subprodutos desse projeto, viabilizados em colaboração com a Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC), destacam-se como inovações.

A Exposição “Grupos de Pesquisa: Primeiros Resultados”, disposta no foyer da sede do TSE, evidencia a pluralidade de soluções criativas, funcionais e aprazíveis que marcam a atuação do Núcleo Comunicação e Arte. A série de 12 totens apresenta o histórico do projeto, desde o processo seletivo até a apresentação dos primeiros resultados, que marcaram o 2º Encontro Presencial dos Grupos de Pesquisa (ocorrido em 15 e 16 de maio de 2024). O lançamento da exposição teve lugar durante o evento, e as pesquisadoras e pesquisadores que participam das linhas de pesquisa puderam conferir seu trabalho de forma inovadora.

Inovação

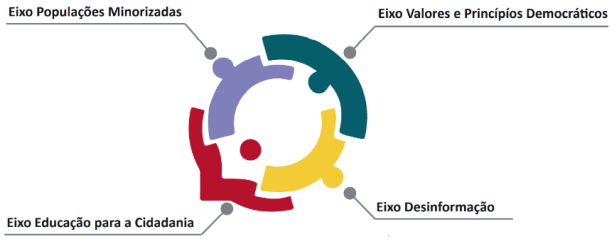
A publicação "Grupos de Pesquisa: Primeiros Resultados" também se distingue pela qualidade e celeridade de sua produção, tendo em vista o prazo exíguo entre o recebimento do conteúdo e o lançamento da obra durante o 2º encontro.

Registros

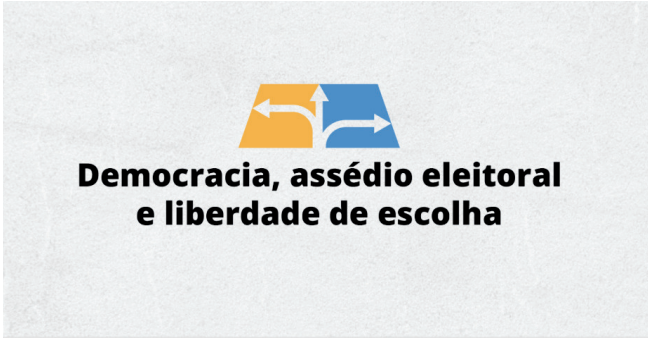
Identidades Visuais

O processo de criação de identidade visual das ações, cursos e eventos da Escola requer uma abordagem estratégica e detalhada, com o objetivo de comunicar de maneira eficaz o propósito e a singularidade de cada iniciativa. Inicialmente, é essencial definir claramente os objetivos, o público-alvo e o conceito central do curso ou evento. A partir dessas diretrizes, desenvolvem-se elementos visuais, incluindo logotipo, paleta de cores, tipografia e outros elementos gráficos, que não apenas refletem a temática e os valores subjacentes, mas também colaboram para uma apreciação estética. A aplicação consistente desses elementos em todos os materiais de divulgação, plataformas digitais e espaços físicos assegura uma experiência visual coesa e profissional. Essa coesão fortalece o reconhecimento e a credibilidade do curso ou evento, além de criar uma conexão com os diferentes públicos, incentivando sua participação e engajamento.
São exemplos de identidades visuais criadas pelo ComArte:

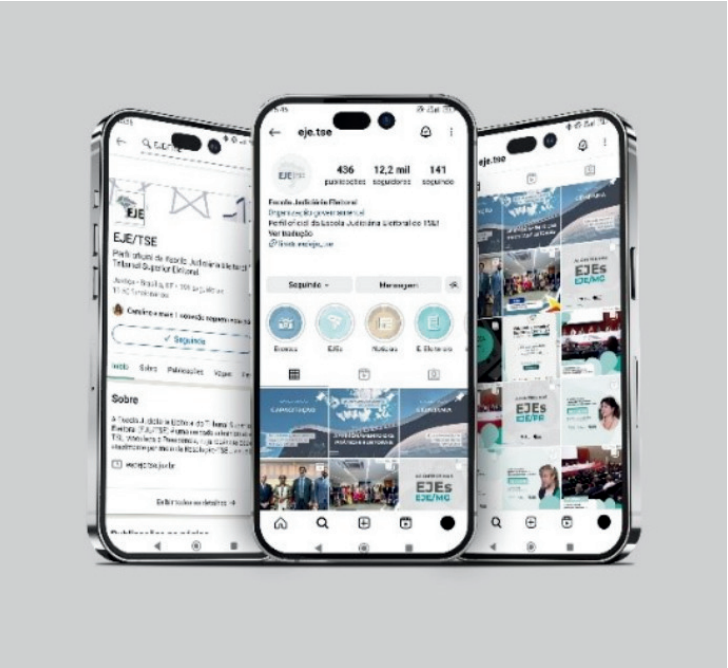
Diretrizes Nacionais para Ações de Cidadania



Seminário Democracia, assédio eleitoral e liberdade de escolha



Redes sociais



Comunicação em números

Instagram
111 publicações
12.200 seguidores
31,8 mil contas alcançadas
(entre 27 de fevereiro e 26 de maio de 2024)

LinkedIn
(dados a partir de março de 2024)
25 publicações
189 seguidores
(a partir de 3 de março de 2024)

E-mail
85 divulgações enviadas
364 pessoas cadastradas no Acontece nas EJEs:

WhatsApp
39 divulgações enviadas

Para alcançar as pessoas interessadas nas ações da Escola, a equipe mantém comunicação estratégica por meio de redes sociais (Instagram, WhatsApp e LinkedIn), e-mail marketing e, ainda, pelo Portal EADEJE, em colaboração com o Núcleo Educação a Distância.

O informativo “Acontece nas EJEs” é recebido, compilado, produzido e atualizado semanalmente em todas as plataformas pelo Núcleo Comunicação e Arte.

NÚCLEO

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROMOÇÃO DA CIDADANIA POR MEIO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Explorar o potencial didático-pedagógico das tecnologias digitais relacionadas à educação a distância para a socialização do conhecimento, proporcionando a difusão do saber por meio de práticas de ensino que utilizam metodologias ativas para capacitar os servidores da Justiça Eleitoral em matéria eleitoral.

Núcleo Educação a Distância

Síntese

O Núcleo Educação a Distância da EJE/TSE operacionaliza, monitora, divulga e auxilia as atividades da Escola em seus três eixos por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), software livre de apoio à aprendizagem Moodle, denominado Portal EADEJE.

Acesse o portal EADEJE

Objetivo

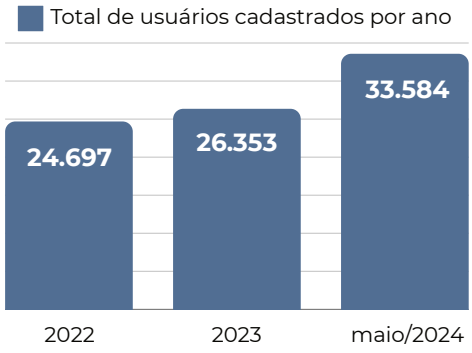
Explorar o potencial didático-pedagógico das tecnologias digitais relacionadas à educação a distância para a socialização do conhecimento, proporcionando a difusão do saber por meio de práticas de ensino que utilizam metodologias ativas para capacitar os servidores da Justiça Eleitoral em matéria eleitoral.

Contextualização

O Portal EADEJE foi inicialmente concebido nas funções tradicionais de um ambiente virtual de aprendizagem, no ano de 2017. No entanto, a crescente necessidade de amplificação de ferramentas e multimídias levou à atualização do ambiente para o modelo atual, Lambda, que transforma o Moodle em uma página de internet multifuncional.

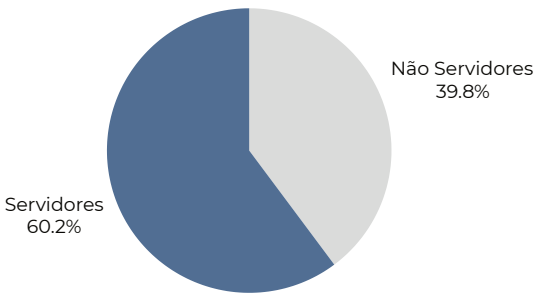
Para além de plataforma para viabilizar ações de capacitação, o Portal EADEJE é utilizado também como veículo de comunicação entre a Escola e seu público-alvo, uma vez que o portal compreende conteúdos como publicações e comunicações, ambiente do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais (CODEJE) e, ainda, espaço para as EJEs regionais que necessitam da ferramenta para a realização de seus cursos.

O EADEJE conta hoje com 33.584 usuários cadastrados na plataforma:



Produtos

A partir do primeiro semestre de 2024, foi implementada em seu cadastro a pesquisa para levantamento dos usuários que são magistrados(as) e servidores(as) da Justiça Eleitoral. Até o momento, a maioria dos respondentes são da Justiça Eleitoral, conforme o gráfico.



Além disso, foi concretizado o manual de suporte para os usuários, com vistas a auxiliar o uso da plataforma e permitir alterações que podem ser realizadas por pessoas usuárias.

Faça o download do manual aqui

Inovação

Em conformidade com a Resolução CNJ 401/2021, no Portal EADEJE, é disponibilizada Rybená chamada Alici, solução que permite acessibilidade em ambientes web para atendimento adequado de pessoas com deficiências visuais e auditivas, pessoas com síndrome de Down, disléxicos e, também, idosos e iletrados.

Além disso, ferramenta tradutora de libras é disponibilizada em todas as aulas síncronas, bem como, mais recentemente, legenda nas gravações.

Por fim, destaca-se que o tema Lambda usa Bootstrap, sistema de grade fluida móvel e responsivo que dimensiona adequadamente o tamanho do dispositivo ou da janela de visualização. Inclui classes predefinidas para opções fáceis de *layo*ut, bem como *mixins* poderosos para gerar *layouts* mais semânticos. Cheio de recursos, esse tema oferece componentes personalizados criados para fornecer menus suspensos, grupos de entrada, carrosséis, alertas e muito mais.

Registros

Confira as ações de capacitação em números!

EJE
Escola Judiciária Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral

Tribunal
Superior
Eleitoral